ANEXO I

Mensagem recebida na CMBH em 15/05/2018

DAS METAS FISCAIS

I.1 – Demonstrativo das Metas Anuais;

I.2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

I.3 – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

I.4 – Evolução do Patrimônio Líquido do Município de Belo Horizonte;

I.5 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

I.6 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;

I.7 – Demonstrativo da Estimativa da Renúncia de Receita;

I.8 – Demonstrativo da Estimativa da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

I.9 – Prioridades e Metas para 2019.

ANEXO II

DOS RISCOS FISCAIS

II.1 – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

ANEXO I

DAS METAS FISCAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2019

I.1 – Demonstrativo das Metas Anuais e Memória de Cálculo

1 – Metas Anuais de 2019 a 2021

O Demonstrativo das Metas Anuais – Tabela 1.1 – estabelece a meta de Resultado Primário e o Resultado Nominal em valores correntes e constantes para os exercícios de 2019, 2020 e 2021, de forma a abranger todos os órgãos da administração direta e indireta, as empresas dependentes do Tesouro Municipal e o Poder Legislativo.

Tabela 1.1



O cálculo das projeções foi realizado considerando-se o cenário macroeconômico contido no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 do Governo Federal, encaminhado ao Congresso em abril de 2018, cujos parâmetros encontram-se na tabela 1.2, com exceção do último parâmetro que se trata de projeção realizada pelo Poder Executivo municipal.

Tabela 1.2

Variáveis Selecionadas



A meta de resultado primário para 2019 é de déficit de R$261 milhões em valores correntes, devendo a receita primária situar-se em torno de R$10.081 milhões e a despesa primária em torno de R$10.342 milhões. Quanto à previsão do resultado nominal para 2019, estima-se um aumento da dívida consolidada líquida no valor de R$52 milhões.

Em relação às projeções das Parcerias Público-Privadas – PPP – atualmente existem contratados pelo Poder Executivo projetos que correspondem à concessão administrativa para realização de obra e prestação de serviços de unidades de educação infantil, de prestação de serviços de disposição final de resíduos sólidos, de serviços e obras de engenharia com prestação de serviços de apoio não assistencial e de serviços de iluminação pública.

2 – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais

As projeções das metas anuais para os exercícios de 2019 a 2021 foram estabelecidas conforme orientações do Manual de Demonstrativos Fiscais 8ª edição e em função das expectativas quanto ao desempenho das atividades econômicas no País e dos indicadores macroeconômicos, bem como tendo como referência a fixação e a efetiva realização de algumas categorias de receitas e despesas nos anos anteriores.

2.1 – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais de 2019 a 2021 para as receitas

Em cumprimento ao art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a construção dos critérios metodológicos e a memória e base de cálculo para projeções das metas anuais das receitas foram elaboradas considerando-se a conjuntura atual e o cenário macroeconômico projetado para os próximos três exercícios, bem como o comportamento histórico da arrecadação municipal e as ações que podem gerar incremento real dos diversos componentes da receita.

Vale ressaltar que a partir de 2018 está em vigor o novo ementário da receita pública, conforme Portaria Interministerial STN/SOF nº 5 de 25, de agosto de 2015, que altera a estrutura de códigos da classificação da receita quanto à natureza.

Dentro deste contexto, foram feitas as projeções anuais das receitas municipais, transferências constitucionais e recursos negociados, calculadas a partir das variáveis mencionadas, conforme a tabela 1.3, para os exercícios de 2019 a 2021.

Tabela 1.3



2.1.1 – Imposto sobre Propriedade Territorial Predial e Urbana – IPTU

O Poder Executivo executa atividades rotineiras de manutenção do Cadastro Imobiliário, com atualização cadastral referente a Baixas de Construção e atualização cadastral decorrente de loteamentos, proporcionando acréscimos dos registros cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário e gerando um incremento do lançamento do IPTU.

A receita reestimada para 2018 foi calculada em função do total lançado em 2018, considerando a taxa de inadimplência, a taxa de expansão do cadastro de contribuintes, bem como a taxa de inflação de 2017. Para os exercícios seguintes, projetou-se considerando a taxa de inflação prevista no ano anterior.

2.1.2 –Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN

Este imposto está diretamente correlacionado com o nível da atividade econômica, sendo que para a sua projeção utilizou-se a taxa de inflação dos exercícios correntes aliada à taxa de crescimento do Produto Interno Bruto – PIB.

2.1.3 –Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI

A estimativa deste grupo de receitas considerou a projeção do PIB no exercício corrente acrescida de uma estimativa de crescimento decorrente das ações de acompanhamento dos lançamentos de novos empreendimentos imobiliários para atualização da base de cálculo de ITBI, tornando-a condizente com o mercado imobiliário, e de monitoramento das transações imobiliárias objeto de ITBI para acerto de base de cálculo de futuras transações.

2.1.4 –Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF

A receita proveniente do Imposto de Renda Retido na Fonte decorre principalmente das retenções na fonte da folha de pessoal e de serviços prestados à administração pública e foram projetados em função da participação relativa do IRRF sobre a folha de pagamento nos anos anteriores e tendo como referência os gastos com pessoal previstos no próximo triênio.

2.1.5 – Outras Receitas Tributárias – Taxas

A estimativa deste grupo de receitas considerou a taxa de inflação prevista no ano anterior ao ano de referência

2.1.6 – Receita de Contribuições

As receitas de contribuições previdenciárias constituem os recursos arrecadados com as contribuições patronais e o servidor, destinadas ao custeio do Regime Próprio de Previdência Social. Os valores projetados para os anos de 2019 a 2021 tiveram como referência os gastos com pessoal previstos para o mesmo período, os quais servem como base para o cálculo das contribuições.

As outras receitas de contribuição se referem aos ingressos para o custeio do serviço de iluminação pública, e foram projetadas conforme a projeção da taxa de inflação prevista no ano anterior ao ano de referência.

2.1.7 – Receita Patrimonial

A Receita Patrimonial refere-se ao resultado financeiro da fruição do patrimônio, seja decorrente de bens mobiliários ou imobiliários, seja de participação societária. O principal componente deste grupo corresponde à receita de aplicações financeiras que foi estimada considerando o saldo médio das contas, o fluxo de caixa e a taxa média de juros de curto prazo – Selic – estimados para os próximos anos.

2.1.8 – Receita de Serviços

Abrange as receitas provenientes da prestação de serviços comerciais, de saúde, de serviços administrativos, de coleta de lixo, de cemitérios e outros serviços, cujas projeções levaram em conta o nível de atividade econômica e a inflação.

2.1.9 – Transferências Correntes

As transferências correntes são recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, independentemente de contraprestação direta de bens e serviços de forma legal ou voluntária. Elas podem ser distribuídas em transferências da União, do Estado, as transferências multigovernamentais e as transferências de convênios.

Compõem esse grupo as seguintes receitas:

* FPM – projeção realizada em função da arrecadação histórica, levando em conta o nível da atividade econômica e a variação da inflação no exercício.
* ICMS – imposto fortemente afetado pela atividade econômica, tendo como parâmetro para a previsão da receita o nível de crescimento econômico – PIB – e a variação da inflação no exercício.
* IPVA – projeção de receita estimada em função do nível de crescimento econômico e a variação da inflação no exercício.
* FUNDEB – previsão realizada em função da arrecadação histórica, considerando-se o comportamento da receita prevista para os impostos que compõem sua base (ICMS, IPVA, FPM, Desoneração Lei Complementar Federal nº 87, de 13 de setembro de 1996, IPI e ITR), bem como a projeção de crescimento do número de alunos matriculados no Município no ensino infantil e fundamental.
* Demais Transferências – As receitas de convênios foram projetadas considerando os projetos já formalizados e com previsão de formalização entre a Prefeitura e outros entes, tais como governo federal e governo estadual e instituições privadas. Entre as Demais Transferências Correntes, vale destacar a receita de transferência de recursos do Sistema Único de Saúde – SUS –, repasse Fundo a Fundo, para atendimentos aos programas de atenção básica, procedimentos de alta e média complexidade e outros programas financiados por repasses regulares e automáticos. Incluem-se também repasses do Fundo Nacional de Assistência Social e do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. Todas estas transferências foram projetadas considerando-se o histórico da arrecadação e os parâmetros econômicos já citados.

2.1.10 – Outras Receitas Correntes

Com a instituição do novo ementário da receita, o principal componente de outras receitas correntes refere-se às receitas de multas e indenizações, sendo que o critério adotado para a estimativa considerou a arrecadação histórica, acrescida da taxa de inflação.

2.1.11 – Receitas de Capital

As receitas de capital são as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos da conversão, em espécie de bens e direitos, os recursos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital. Compreendem as operações de crédito, alienação de bens, transferências de capital e outras.

O Poder Executivo tem mantido um volume de operações de crédito para financiamento dos investimentos e está prevista para os próximos exercícios a continuidade dos empréstimos contratados e os em fase de negociação, que já possuem autorização legislativa. Destacam-se as operações de crédito com Caixa Econômica Federal para financiar os programas Pró-Moradia, Pró-Transporte e contrapartida do Minha Casa Minha Vida, com o BNDES, a fim de captar recursos do programa de Modernização da Administração Tributária – PMAT –, com o BID para o programa DRENURBS e o programa MELHORSAÚDE e para financiamento de investimentos previstos no Programa de Governo e no Orçamento Participativo.

Para as demais receitas de capital, foram consideradas as negociações de formalização de convênios para a realização de investimentos no Município, bem como a receita de alienação de bens.

2.2 – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais de 2019 a 2021 para as despesas

As metas anuais para as despesas do Poder Executivo foram projetadas com base na sua evolução histórica, considerando os índices de variação de preços, os compromissos legais e as variações nas políticas públicas constantes dos instrumentos de planejamento.

Os valores dos grupos de despesas previstas para o triênio estão consolidados na tabela 1.4

Tabela 1.4



2.2.1 – Despesas Correntes

Despesas correntes são aquelas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital e são compostas pelos seguintes grupos de natureza de despesa: Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes.

A projeção da despesa com Pessoal e Encargos Sociais para os anos de 2019 a 2021 foi baseada no crescimento percentual vegetativo da folha de pagamentos, além de índices de variação de preços, tendo como limite o crescimento percentual das receitas do Tesouro Municipal elegíveis para o pagamento da folha.

A projeção da despesa com Juros e Encargos da Dívida foi baseada nos termos dos pagamentos pactuados nos contratos das operações já contratadas além da previsão das operações em negociação.

A projeção do grupo Outras Despesas Correntes teve como parâmetro os valores executados em anos anteriores, incorporando-se a projeção da inflação, levando-se também em consideração as vinculações constitucionais e legais.

2.2.2 – Despesas de Capital

As despesas de capital são aquelas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. São compostas pelos seguintes grupos de natureza de despesa: Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida.

A projeção da despesa com Investimentos para os exercícios de 2019 a 2021 levou em consideração o cronograma das obras e outros investimentos em andamento, financiados com recursos de operação de crédito e advindos de convênios diversos com a União e o Governo do Estado de Minas Gerais, bem como com recursos diretamente arrecadados pelo Município.

As despesas com amortização da dívida foram também baseadas nos termos dos pagamentos pactuados nos contratos das operações já contratadas além da previsão das operações em negociação.

2.3 – Metodologia e Memória de Cálculo para o Resultado Primário

O resultado primário, segundo critério determinado pela Secretaria do Tesouro Nacional, corresponde à diferença entre as receitas e despesas não financeiras, ou seja, as receitas previstas deduzidas de rendimentos de aplicações financeiras, de operações de crédito e de alienação de ativos e despesas empenhadas deduzidas de pagamento de encargos e amortização da dívida.

A tabela 1.5 apresenta a metodologia de cálculo dos resultados primários do município de Belo Horizonte constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016 a 2018 e na projetada para 2019 a 2021.

Tabela 1.5



2.4 – Metodologia e Memória de Cálculo para o Resultado Nominal

O Resultado Nominal tem como objetivo medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida em um determinado período e representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida de um exercício financeiro em relação ao período anterior.

O saldo devedor da dívida contratada foi projetado com base no fechamento do exercício de 2017, seguindo as condições dos pagamentos contratuais e as previsões de novos ingressos de operações de crédito. O saldo de precatórios, após 5 de maio de 2000, foi projetado a partir do saldo apurado em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as orientações da Procuradoria-Geral do Município.

A metodologia e memória de cálculo do Resultado Nominal têm como referência o inciso II do § 2º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e estão apresentados na tabela 1.6.

Tabela 1.6



I.2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

Este demonstrativo visa comparar o resultado efetivamente realizado em 2017 com as metas fixadas na Lei nº 10.963, de 24 de agosto de 2016, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017.

A tabela 2.1 demonstra essa comparação e destaca as informações referentes às receitas totais e primárias, despesas totais e primárias, resultado primário, resultado nominal e dívida pública consolidada e líquida.

Tabela 2.1



A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 em seu anexo I-2 estabeleceu que a execução da Lei Orçamentária fosse compatível com a obtenção de um superávit primário de R$117 milhões, segundo os parâmetros econômicos para 2017 de crescimento do PIB de 1,0% em 2017 e uma inflação de 6,0% ao ano para 2017, conforme projeções constantes do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do Governo Federal.

A Receita Total apresentou uma queda de 10% em valores nominais, principalmente devido à queda do ITBI no grupo das Receitas Tributárias, a queda na Receita de Contribuições Previdenciárias, explicada pela antecipação do pagamento da folha de salários de competência de dezembro de 2016, diferentemente do histórico de se realizar nos primeiros dias úteis de janeiro e a queda de 14% da transferência do SUS prevista no grupo das Transferências Correntes. Estas quedas foram compensadas, em parte, pelo crescimento da receita com IPTU decorrente do resultado de uma ação estruturada de atualização dos cadastros de imóveis e de combate à inadimplência.

A Receita de Capital apresentou uma queda devido ao menor ingresso de empréstimos e transferências negociadas. Em virtude de ser o primeiro ano de um mandato, houve uma avaliação de todas as negociações abertas, revendo a carteira de projetos que compõem o plano de aplicação, redefinindo prioridades, além de discutir as questões financeiras envolvidas. Esse trabalho resultou em um adiamento nos cronogramas de assinatura de algumas operações, bem como no desembolso de recursos.

Em virtude das projeções de queda de receita, houve necessidade de reequilibrar as finanças municipais, tendo a Prefeitura de Belo Horizonte publicado em 28 de janeiro de 2017 o Decreto nº 16.564 que dispôs sobre a programação orçamentária e financeira, restringindo a execução da despesa ao efetivo ingresso da receita. Houve uma reestruturação da despesa de custeio e pessoal a fim de diminuir o custo com as diversas atividades meio, a despesa com investimentos foi limitada à manutenção da cidade e às contrapartidas dos financiamentos contratados. Com estes ajustes observamos uma diminuição de 10,50% da despesa primária prevista para o exercício.

Dessa forma, o superávit primário inicialmente previsto de R$117 milhões, alcançou R$573 milhões, quando consideramos as despesas liquidadas.

O resultado nominal previsto na LDO/2017 foi de R$723 milhões, ou seja, indicava um aumento da dívida contratada nessa proporção. Porém, devido à frustração da realização de novas operações de crédito, o resultado nominal no final de 2017 foi de um decréscimo da dívida fiscal líquida de R$401 milhões.

I. 3 – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

Em atendimento ao disposto no inciso II do § 2º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal apresentamos o demonstrativo das metas anuais comparadas com as metas anuais fixadas nos três exercícios anteriores, combinando a execução passada com as perspectivas futuras, visando à validação dessas últimas.

A tabela 3.1 apresenta a preços correntes o comparativo das metas anuais fixadas nos três exercícios anteriores (2016 a 2018), com as projetadas para o período de 2019 a 2021, bem como apresenta o mesmo comparativo a preços constantes, utilizando como índice de correção o IPCA (base 2018=100).

Tabela 3.1



I.4 – Evolução do Patrimônio Líquido do Município de Belo Horizonte

O demonstrativo do Patrimônio Líquido, Tabela 4.1, tem por finalidade evidenciar a evolução do patrimônio da Prefeitura, compreendendo a diferença entre o ativo e o passivo no exercício financeiro e compõe os dados de todos os órgãos da Administração Direta e Indireta e Empresas Dependentes, evidenciando o resultado consolidado e o resultado sem o regime previdenciário.

Tabela 4.1



I. 5 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

O demonstrativo a seguir – Tabela 5.1 – tem como finalidade demonstrar a receita de capital oriunda da alienação de ativos, bem como sua aplicação nas despesas de capital nos exercícios de 2015 a 2017, dando transparência à utilização dos recursos obtidos, uma vez que o disposto no art. 44 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, veda a aplicação desta receita no financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei ao regime de previdência.

Tabela 5.1



I.6 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência (alínea “a” do inciso IV do § 2º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000)

# Introdução

O correto dimensionamento do chamado passivo atuarial é de extrema relevância para que se possa aferir a saúde atuarial de qualquer Entidade/Autarquia que administre planos de benefícios, principalmente no caso de planos de benefício definido, única opção dos Regimes Próprios de Previdência Social. Para tanto, o presente estudo tem como finalidade reavaliar atuarialmente os planos de benefícios previdenciários do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Belo Horizonte (MG) – RPPS -BH –, na data base de 31 de dezembro de 2017 bem como apurar os custos, as contribuições necessárias dos servidores e do Ente Federativo, as provisões técnicas, o passivo atuarial, as projeções atuariais de despesas e receitas previdenciárias e as estatísticas referentes aos servidores do município.

No que tange ao aspecto legal, a Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, a Emenda Constitucional nº 20, de 1998, a Emenda Constitucional nº 41, de 2003, e a Emenda Constitucional nº 47, de 2005, introduziram profundas mudanças estruturais nos sistemas próprios de previdência social, exigindo organização e constante busca de equilíbrio, solvência e liquidez.

Assim, de modo a se garantir tal equilíbrio, a Avaliação Atuarial se faz um instrumento imprescindível. A partir dos resultados, é possível apontar meios para a elaboração de um plano de investimento, financiamento e gestão para adoção de políticas de longo prazo com responsabilidade social. A Avaliação Atuarial busca mensurar os recursos necessários à garantia dos benefícios oferecidos pelos Planos, visando o equilíbrio financeiro-atuarial dos mesmos, bem como estimar as saídas ocorridas pelos eventos de morte, de invalidez e em virtude da aposentadoria.

Para a realização dos cálculos e demais aspectos técnicos, foram considerados os dados cadastrais da população abrangida e suas características financeiras e demográficas, os Regimes Financeiros, Métodos e Hipóteses Atuariais, devendo ser objeto de análise conjunta entre o Ente Federativo, Unidade Gestora do RPPS e o Atuário.

O embasamento técnico por detrás dos cálculos realizados bem como as metodologias adotadas atendem às exigências estabelecidas na Portaria MPS n° 403, de 10 de dezembro de 2008 e suas últimas alterações trazidas pela Portaria MPS n° 21, de 16 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais, bem como as instruções da Secretaria Social para preenchimento do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial e o Plano de Contas, exposto no ANEXO III da Instrução de Procedimentos Contábeis n° 00 (IPC 00) da Secretaria do Tesouro Nacional e determinado pela Portaria MPS nº 509, de 12 de dezembro de 2013.

Por fim, informa-se que a Nota Técnica Atuarial (NTA) de referência, cadastrada junto ao Ministério da Previdência no sistema CADPREV-web, são as de números 2018.000114.1 e 2018.000114.2, devidamente enviadas e cujos respectivos Certificados já foram também assinados pelas partes envolvidas.

## Embasamento legal

Para o desenvolvimento da presente avaliação atuarial foram considerados todos os critérios preconizados pela legislação em vigor, bem como as instruções da Secretaria de Previdência Social para fins de preenchimento de Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial.

O demonstrativo contábil das provisões matemáticas respeita as regras constantes do Anexo I da PT/MPS Nº 95, de 6 de março de 2007.

### Art. 40 da CRFB

Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

Destaca-se as regras dispostas pela Emenda Constitucional nº 20, de dezembro de 1998, pela Emenda Constitucional nº 41, de dezembro de 2003, e pela Emenda Constitucional nº 47, de julho de 2005.

### Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998

A Lei em epígrafe dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.

Estabelece a realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios.

Conforme disposições, as alíquotas de contribuição dos servidores ativos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para os respectivos regimes próprios de previdência social não serão inferiores às dos servidores titulares de cargos efetivos da União, devendo ainda ser observadas, no caso das contribuições sobre os proventos dos inativos e sobre as pensões, as mesmas alíquotas aplicadas às remunerações dos servidores em atividade do respectivo ente estatal.

### Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999

Dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.

### Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004

Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências.

### Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008

### 

Disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento das Leis nº 9.717, de 1998, e nº 10.887, de 2004.

### Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008

### 

Dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS – da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, define parâmetros para a segregação da massa e dá outras providências.

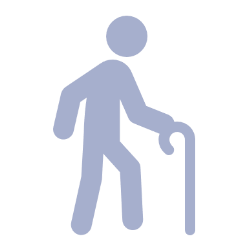
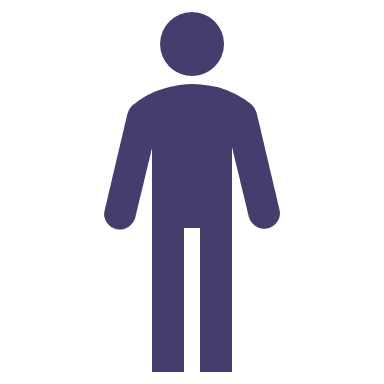
# Resumo dos Planos de Benefícios

Atualmente o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Belo Horizonte – RPPS-BH – possui dois planos de benefícios denominados Plano Previdenciário e Plano Financeiro, sendo seus benefícios, plano de custeio e massa de segurados descritos a seguir:

## Descrição dos benefícios cobertos pelo RPPS:

O RPPS-BH, garante aos seus segurados os seguintes benefícios:

SEGURADOS

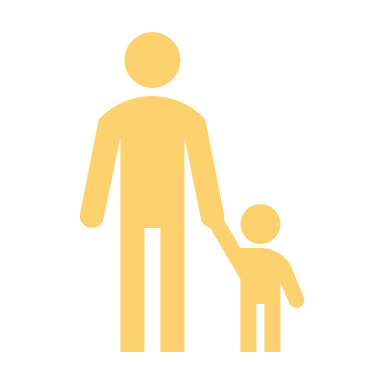


Aposentadoria Por Tempo de Contribuição

Aposentadoria Por Idade e Compulsória

Aposentadoria Por Invalidez

DEPENDENTES

Pensão por Morte

## Plano de custeio 2017

O Plano de Custeio atual está regulado na Lei nº 10.362, de 29 de dezembro de 2011, na qual estão definidas alíquotas contributivas dos segurados e do ente federativo, sendo esta calculada sobre o salário de contribuição dos segurados ativos.

1. Contribuições Vertidas ao RPPS em 2017

| DESCRIÇÃO | PLANO PREVIDENCIÁRIO | PLANO FINANCEIRO |
| --- | --- | --- |
| Contribuição Segurado | 11,00% | 11,00% |
| Contribuição do Ente Federativo | 22,00% | 22,00% |

## Resultado atuarial 2017

No exercido de 2017 os estudos de avaliação atuarial do RPPS-BH demonstraram um resultado atuarial conforme descrito na tabela a seguir:

1. Ativo Financeiro e Resultado Atuarial do Exercício de 2017

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| RESULTADOS | PLANO PREVIDENCIÁRIO  2017\* | PLANO FINANCEIRO  2017 |
| Ativo Real Líquido do Plano | R$ 533.801.012,09 | R$ 23.276.566,70 |
| Resultado Atuarial | R$ 32.151.676,03 | -R$ 55.509.915.008,59 |

# Análise da Base Cadastral

Para o desenvolvimento de uma avaliação atuarial o primeiro passo é a obtenção de dados e informações confiáveis e fidedignas à realidade do RPPS.

Assim, as informações referentes aos segurados titulares ativos, inativos, pensionistas e seus respectivos dependentes, para a Avaliação Atuarial, nos foram enviadas em arquivo digitais pelo RPPS-BH, com data-base em 31 de agosto de 2017 em layout solicitado pela Lumens Atuarial, os quais foram objetos de análise e testes de consistências conforme tópico a seguir.

## Validação dos dados

Os arquivos contemplando a base cadastral nos foram encaminhados ao longo do período de fevereiro de 2018 a março de 2018. Foram realizados testes de consistência que indicaram a necessidade de adequações anteriormente à realização dos estudos técnicos. Novas versões nos foram encaminhadas sendo a última considerada razoável para o início da Avaliação Atuarial.

Não obstante, observou-se que constaram da base de dados as informações relativas ao Tempo de Serviço/Contribuição anterior à admissão na Prefeitura para uma pequena minoria dos servidores ativos, o que nos possibilitou uma apuração mais fidedigna dos resultados.

Assim sendo, para a projeção da idade de aposentadoria dos casos em que não há informações de tempo anterior ao Município disponíveis (maioria dos casos), onde os Servidores completarão todas as condições de elegibilidade, foi adotada hipótese de 26 anos como a idade de início das atividades profissionais.

Com relação aos dados relativos à composição do tempo de serviço considerado para fins de concessão dos benefícios de aposentadoria, os dados segregados por tempo de contribuição ao RPPS e tempo de contribuição para outros regimes não constaram da base de dados dos atuais aposentados. Estas informações são de suma importância para que se possa proceder a uma estimativa mais fidedigna de Compensação Previdenciária – Comprev – a receber pelo RPPS-BH.

Ainda em relação à Comprev, foram informados os valores dos fluxos mensais já deferidos pelo INSS e mensalmente repassados ao RPPS-BH. A informação do fluxo mensal repassado pelo INSS é válida para que se possa estimar os valores das reservas matemáticas de benefícios concedidos já desconsiderando os valores repassados, uma vez que são de responsabilidade do RGPS.

Quanto aos inativos, foram informados os tipos das aposentadorias de cada um dos benefícios em manutenção pelo RPPS-BH. Esta é uma informação essencial para que se possa fazer a correta mensuração das reservas matemáticas de acordo com as hipóteses atuariais relativas a cada risco dos benefícios avaliados, seja de invalidez, seja de benefícios normais.

No que se refere aos dados dos dependentes tanto dos servidores ativos como dos aposentados, tais informações vieram completas e consistentes, não carecendo retificações por parte do RPPS.

## Recomendações

Quanto à questão das informações relativas ao Tempo de Serviço Anterior à Prefeitura, recomenda-se seja realizado um recadastramento a fim de obter tais informações dos servidores ativos, ou, no caso deste recadastramento já ter sido realizado, recomenda-se que as informações colhidas sejam transformadas em dados que possam compor as planilhas para envio à consultoria atuarial contratada, para utilização nas avaliações atuariais seguintes. Desta forma, a estimativa de idade de atingimento das elegibilidades completas à aposentadoria será mais realista, gerando, consequentemente, reservas matemáticas mais bem estimadas e próximas da realidade.

No tocante à base de dados dos aposentados, para aqueles assistidos que ainda não tiveram o fluxo mensal de Comprev deferido pelo INSS, sugerimos que seja feito o levantamento da composição do tempo de serviço utilizado para a concessão do benefício previdenciário, desmembrando-o de forma a que se tenha o número de meses (ou dias) de vinculação ao RPPS-BH e o número de meses (ou dias) de vinculação a outros regimes de previdência (INSS e outros RPPS, caso haja), a fim de que se possa estimar um valor mais próximo da realidade a título de COMPREV a receber.

É necessária a realização de um recadastramento periódico junto aos atuais servidores ativos, aposentados e pensionistas, para que se mantenham os dados cadastrais sempre atualizados.[[1]](#footnote-1) Tal recadastramento terá como principal objetivo adequar toda a base de dados às demandas das próximas Avaliações Atuariais.

Destaca-se também a necessidade do recadastramento periódico para que se mantenham os dados dos dependentes legais dos servidores ativos e aposentados sempre atualizados, para uma melhor estimativa dos encargos de pensão por morte.

Vale ressaltar também que a Portaria nº 403, de 10 de dezembro de 2008, estabelece limites quanto às estimativas do Valor da Compensação Previdenciária a Receber quando a Base de Dados apresentar inconsistências ou estiver incompleta.

# Resumo Estatístico

O RPPS-BH possui atualmente um contingente de 50.684 segurados, divididos entre ativos e inativos. Desses 40.010 são do Plano Financeiro e 10.674 do Plano Previdenciário.

1. Estatísticas Gerais dos Segurados do Plano Previdenciário

| Situação da População coberta | Quantidade | | Remuneração média (R$) | | Idade média | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Sexo feminino | Sexo masculino | Sexo feminino | Sexo masculino | Sexo feminino | Sexo masculino |
| Ativos | 9181 | 1472 | R$ 2.302,68 | R$ 3.804,32 | 39,47 | 37,64 |
| Aposentados por Tempo de Contribuição | 1 | 0 | R$ 2.230,37 | R$ 0,00 | 58,00 | 0,00 |
| Aposentados por idade | 0 | 0 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aposentados - Compulsória | 0 | 1 | R$ 0,00 | R$ 937,00 | 0,00 | 73,00 |
| Aposentados por Invalidez | 5 | 1 | R$ 1.061,14 | R$ 1.088,93 | 47,00 | 53,00 |
| Pensionistas | 6 | 7 | R$ 1.942,99 | R$ 1.667,16 | 35,83 | 30,43 |

Grafíco 1 – Distribuição Geral da População por Status – Plano Previdenciário



1. Estatísticas Gerais dos Segurados do Plano Financeiro

| Situação da população coberta | Quantidade | | Remuneração média (R$) | | Idade média | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Sexo feminino | Sexo masculino | Sexo feminino | Sexo masculino | Sexo feminino | Sexo masculino |
| Ativos | 16685 | 6268 | R$ 4.299,60 | R$ 4.704,32 | 48,31 | 46,13 |
| Aposentados por Tempo de Contribuição | 9587 | 2373 | R$ 4.674,58 | R$ 5.300,60 | 64,91 | 72,43 |
| Aposentados por idade | 681 | 95 | R$ 1.888,60 | R$ 2.882,69 | 71,28 | 75,45 |
| Aposentados - Compulsória | 102 | 44 | R$ 1.802,09 | R$ 2.181,04 | 78,08 | 78,70 |
| Aposentados por Invalidez | 809 | 344 | R$ 2.140,92 | R$ 2.683,37 | 64,07 | 67,56 |
| Pensionistas | 2384 | 638 | R$ 2.744,63 | R$ 2.321,06 | 71,08 | 54,65 |
|  |  |  |  |  |  |  |

Gráfico 2 – Distribuição Geral da População por Status – Plano Financeiro



# Hipóteses/Premissas Atuariais

## Hipóteses Econômico-Financeiras

| HIPÓTESES | P. PREVIDENCIÁRIO | P. FINANCEIRO |
| --- | --- | --- |
| Taxa de juros atuariais | 5,10% | 0,00% |
| Fator de Capacidade Salarial | 100,00% | 100,00% |
| Fator de Capacidade de Benefício | 100,00% | 100,00% |
| Projeção de Crescimento Real Anual do Salário dos Ativos | 2,50% | 2,50% |
| Projeção de Crescimento Real Anual dos Benefícios dos Inativos | 0,00% | 0,00% |
| Critério para Concessão de Aposentadoria pela regra da Média (sem e com paridade) | 92,00% / 98,00% da remuneração projetada | 92,00% / 98,00% da remuneração projetada |
|  |  |  |

## 

## Hipóteses Biométricas

| HIPÓTESES | P. PREVIDENCIÁRIO | P. FINANCEIRO |
| --- | --- | --- |
| Tábua de Mortalidade de Válidos (Evento Gerador - Morte) | AT-2000 B MALE (“Básica”) | AT-2000 B MALE (“Básica”) |
| Tábua de Mortalidade de Válidos (Evento Gerador - Sobrevivência) | AT-2000 B MALE (“Básica”) | AT-2000 B MALE (“Básica”) |
| Entrada em Invalidez | ALVARO VINDAS | ALVARO VINDAS |
| Sobrevivência de Inválidos | AT-2000 B MALE (“Básica”) | AT-2000 B MALE (“Básica”) |
| Morbidez | - | - |
| Rotatividade | 0,00% | 0,00% |

## Hipóteses Demográficas

| HIPÓTESES | P. PREVIDENCIÁRIO | P. FINANCEIRO |
| --- | --- | --- |
| Idade de entrada no mercado de trabalho (Servidores sem informação cadastral) | 26 anos | 26 anos |
| Novos Entrados (Geração Futura) | 1/1, observada a média de idade de ingresso como servidor efetivo dos atuais segurados ativos, sendo assumida esta idade para o ingresso no mercado de trabalho da geração futura. | Grupo Fechado |
| Composição familiar | Hipótese de que 90,00% dos segurados Ativos e Inativos, ao falecer, gerarão pensão vitalícia para um dependente 3 anos mais velho, se segurado do sexo feminino e 2 anos mais novo, se segurado do sexo masculino. | Hipótese de que 90,00% dos segurados Ativos e Inativos, ao falecer, gerarão pensão vitalícia para um dependente 2 anos mais velho, se segurado do sexo feminino e -3 anos mais novo, se segurado do sexo masculino. |

## 

## Justificativas

### Taxa de Juros

A taxa de juros expressa o valor para a taxa de retorno esperada acima da inflação nas aplicações dos recursos do Plano Previdenciário, tratando-se da expectativa de rentabilidade real. Quanto maior a expectativa da taxa de juros a ser alcançada, menor será o valor atual dos benefícios futuros, pois há dessa forma, a presunção de maior retorno nas aplicações dos recursos do Plano. Conforme estabelece a Portaria MPS nº 403/2008, a taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do Plano de benefícios é de 5,10%, ou a sua equivalente mensal, devendo ser observada sua sustentabilidade no médio e longo prazo.

A partir do histórico das rentabilidades anuais auferidas pelos recursos garantidores dos Planos de Benefícios do RPPS-BH, no plano BHPREV, no período que compreende os meses de janeiro de 2015 a dezembro de 2017, apurou-se uma rentabilidade acumulada de 39,12%. Para o mesmo período, a Meta Atuarial adotada (IPCA + 5,10% a.a) acumulada montou em 40,59%. Com isso, observou-se uma rentabilidade 1,47% abaixo da meta atuarial no referido período.

Analisando apenas os 12 últimos meses, observa-se que os recursos do Plano alcançaram uma rentabilidade de 7,88% enquanto que a Meta Atuarial montou em 8,20%, o que representa que a rentabilidade obtida pelo RPPS foi superada em 0,31% pela meta atuarial.

De qualquer forma, para que se consiga alcançar nos anos vindouros a meta de 5,10% acima da inflação, será necessária uma postura mais ativa frente aos investimentos, com adoção de ativos com maior exposição ao risco.

Faz-se necessário também a realização contínua de uma avaliação conjunta entre atuário, ente federativo, RPPS e gestores financeiros, para que se possa estudar a adoção de uma taxa de juros sempre adequada aos patamares possíveis de se alcançar.

Afora as considerações acima, rentabilidades inferiores à meta estabelecida acarretará em déficits atuariais ao longo das próximas avaliações, demandando ações imediatas para instauração do necessário equilíbrio atuarial.

Quanto ao Plano Financeiro, apesar de estar estruturado em Regime Financeiro de Repartição Simples – não havendo a formação de provisões matemáticas – tendo em vista as instruções da Secretaria de Previdência Social (SPS), para uma análise de longo prazo do referido plano, foram calculados os valores presentes atuariais dos benefícios e das contribuições futuras, bem como das provisões matemáticas hipotéticas com taxa de juros de 0,00% ao ano.

### Crescimento Salarial

A hipótese de Crescimento Salarial refere-se à estimativa dos futuros aumentos das remunerações dos servidores do município. Pode-se dizer que, num plano estruturado na modalidade de Benefício Definido, tal qual o ora avaliado, quanto maior o crescimento real de salário esperado, maior será o custo do Plano, pois o valor do benefício tem relação direta com o valor da remuneração na data de aposentadoria.

Portanto, cabe salientar que, no caso de serem concedidos reajustes pelos Recursos Humanos da Prefeitura que não estejam previstos pelo atuário responsável pela confecção da Avaliação Atuarial do Instituto de Previdência, tais reajustes acarretarão em déficits técnicos, uma vez que os salários observados dos segurados estão maiores do que aqueles utilizados na mensuração dos compromissos (reservas matemáticas) da última Avaliação Atuarial.

O art. 8º da Portaria MPS nº 403/2008, determina que a taxa real mínima de crescimento da remuneração durante a carreira será de 1,00% a.a..

A Prefeitura de Belo Horizonte (MG) possui planos de cargos e salários para os servidores ativos, mais especificamente para um cada órgão.

Restaram, portanto, garantidos aos servidores efetivos do Quadro Geral e Magistério:

- um quinquênio de 10,00% a cada 5 anos, o que redundaria em um crescimento salarial anual de 2,00% acima da reposição inflacionária, para o Quadro Geral e Magistério.

Porém, tendo em vista que a prefeitura de Belo Horizonte (MG) projeta conceder somente a inflação para as próximas reposições salariais, adotamos o percentual anual equivalente ao que é considerado nas projeções do crescimento vegetativo da folha pela Prefeitura de Belo Horizonte (MG), qual seja de 2,50% ao ano.

Desta forma, o departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Belo Horizonte (MG), ciente dos impactos causados pela concessão de reajustes acima do percentual adotado, deve anteriormente à referida concessão, avaliar financeira e atuarialmente os impactos que serão causados no Regime Próprio de Previdência Social.

### Critério para Concessão de Aposentadoria pela regra da Média (com e sem paridade)

Não obstante a maioria dos benefícios de aposentadoria concedidos pelos RPPS’s até o momento da realização da presente reavaliação atuarial seja pela regra da integralidade (última remuneração), já há concessões de benefícios pela regra da média das remunerações de contribuição.

A Lumens Atuarial tem solicitado as informações pertinentes aos seus clientes a fim de formar uma base de dados confiável que subsidie com a maior precisão possível a utilização da presente hipótese, e, tendo em vista que ainda não se possui um número de informações que forneça grande segurança estatística, passamos a adotar esta hipótese com um alto grau de conservadorismo.

Portanto, para todos aqueles segurados cuja regra da concessão dos seus benefícios de aposentadoria será a da média (com e sem paridade), será adotado que o benefício será equivalente a 98,00% e 92,00%, respectivamente, da remuneração projetada na idade da concessão do benefício.

Conforme já mencionado, tal percentual é muito superior à média que está sendo observada pela experiência desta empresa, o que garante alto grau de conservadorismo na adoção desta hipótese.

### Crescimento de Benefícios

A hipótese de Crescimento dos Benefícios refere-se a uma garantia real dos futuros aumentos dos benefícios concedidos aos segurados e pensionistas do município. Pode-se dizer que, num plano estruturado na modalidade de Benefício Definido, tal qual o ora avaliado, quanto maior o crescimento real dos benefícios esperado, maior será o custo do Plano, pois a evolução do valor do benefício tem relação direta com o valor das reservas matemáticas necessárias para custear tal benefício.

Para a presente Avaliação Atuarial não foi utilizada a hipótese de crescimento dos benefícios, adotando-se a hipótese de que os mesmos sofrerão reajustes anuais apenas pela inflação esperada.

### Fator de Determinação dos Salários e dos Benefícios

A hipótese referente ao Fator de Determinação é utilizada para estimar as perdas inflacionárias decorrentes dos efeitos da inflação futura ao longo do tempo sobre as remunerações e benefícios.

Dados os referidos efeitos da inflação, ocorrem perdas do poder de compra tanto das remunerações dos segurados ativos como dos benefícios dos aposentados e pensionistas, entre o período de um reajuste e outro. Com isso, a presente hipótese busca, desta forma, quantificar as perdas inflacionárias projetadas. A relação entre o nível de inflação e o fator de capacidade é inversamente proporcional; portanto, quanto maior o nível de inflação, menor o fator de capacidade.

Para a hipótese do Fator de Determinação dos Salários e dos Benefícios, adota-se uma projeção de inflação, a qual será determinada pela aplicação da seguinte formulação:

, sendo ,

Onde,

: Corresponde à hipótese adotada de inflação anual;

: Corresponde à inflação mensal calculada com base na hipótese;

n: Corresponde a 12 meses.

De qualquer sorte, esta é uma hipótese que redunda em redução das reservas matemáticas, sendo que se optou por não a adotar na presente Avaliação Atuarial, por conservadorismo.

Ou seja, traduzindo tal opção no resultado da fórmula, o fator de capacidade é de 100,00%.

### Tábuas Biométricas

As hipóteses referentes às tábuas biométricas são utilizadas para a mensuração das ocorrências dos eventos atinentes à morte de válidos e inválidos e à entrada em invalidez. A partir das tábuas biométricas também se obtêm as expectativas de sobrevivência daqueles que se aposentam e recebem pensão.

Ademais, as tábuas biométricas servem para a apuração dos compromissos referentes, principalmente, aos benefícios de aposentadoria, aposentadoria por invalidez e pensão por morte.

Em virtude da inexistência do histórico de óbitos, de entradas em invalidez e de óbitos de inválidos, adotamos as tábuas biométricas correspondentes às hipóteses mínimas previstas na Portaria MPS 403, de 2008, quais sejam:

Mortalidade de Válidos (morte e sobrevivência): AT-2000 B MALE

Entrada em Invalidez: ALVARO VINDAS

Mortalidade de Inválidos: AT-2000 B MALE

### Tábua de Morbidez

A tábua de morbidez é utilizada para a mensuração dos compromissos relativos aos benefícios de Auxílio-Doença.

A hipótese em questão não se aplica ao plano de benefícios tendo em vista que o mesmo não garante a cobertura do auxílio doença.

### Novos Entrados (Geração Futura)

Esta hipótese se refere a probabilidade de ingresso de novos servidores na prefeitura, e, por conseguinte, o ingresso de novos segurados no Instituto de Previdência, que auxiliariam no financiamento do custo do Plano.

Para a Avaliação Atuarial 2018 do Plano Previdenciário, adotou-se a referida hipótese de Novos Entrados, considerando – a fim de estabelecer as características da geração futura – a idade média de ingresso no mercado de trabalho adotada para os atuais servidores públicos ativos, qual seja de 25 anos, como sendo a idade de ingresso na Prefeitura dos servidores que serão admitidos, assumindo, por conseguinte, que este será o seu primeiro vínculo empregatício.

Complementarmente, para o valor da remuneração dos servidores futuros, assumiu-se a remuneração equivalente àquela que o servidor atual recebia teoricamente quando do ingresso na Prefeitura. Este valor é obtido pela descapitalização da remuneração atual do servidor ativo pelo número de anos de vinculação atual e considera, para tanto, o percentual equivalente adotado para a hipótese de crescimento salarial para encontrar o valor teórico inicial da remuneração.

Por fim, assumiu-se também que para cada servidor que se aposenta, um novo servidor ingressa em seu lugar, de acordo com as características anteriormente descritas.

Impende salientar que a adoção da hipótese de Geração Futura teria influência no resultado (déficit/superávit) final de diferentes maneiras, caso fosse permitido, dependendo diretamente do método atuarial utilizado no financiamento do Valor Atual dos Benefícios Futuros. Pelos métodos atuariais teóricos que desconsideram a alíquota vigente na apuração da reserva matemática, a influência da referida hipótese será observada na elevação dos custos normais em razão do financiamento dos compromissos das gerações futuras (uma vez que se considera o financiamento já a partir da data base da avaliação atuarial), mas se observará uma manutenção dos resultados atuariais, dada a nulidade da reserva matemática desses segurados ainda não ingressados. Em métodos que utilizam o custeio vigente para apuração da reserva matemática, de forma prospectiva, ter-se-ia – além de uma influência direta na redução das alíquotas necessárias ao custeio – também uma influência nos resultados do plano, com a geração de reservas matemáticas.

De qualquer sorte, e não obstante haja a previsão do § 7º do artigo 17 da Portaria MPS nº 403, de 2008[[2]](#footnote-2), asseverada pela Nota Técnica nº 12/2016/CGACI/DRPSP/SPPS/MF[[3]](#footnote-3) cujas conclusões se aplicam a partir do preenchimento do DRAA de 2017 (Avaliação Atuarial do exercício de 2016), de que os resultados da Avaliação Atuarial devem cingir-se apenas à geração atual, a hipótese da Geração Futura (Novos Entrados) em nada influenciou tanto o plano de custeio como as reservas matemáticas da geração atual, o que – sob a ótica atuarial – é recomendado, tendo em vista que o custeio dos benefícios de uma geração não se confunde com as outras.

Assim sendo, como se faz mister a adoção desta hipótese no conjunto da Avaliação Atuarial – observada a restrição mencionada – foi apurado, apenas a título demonstrativo, qual seria o resultado da adoção da mesma, em conformidade com as especificidades do método atuarial considerado no estudo, segundo as informações técnicas abordadas anteriormente, sendo que a única influência observada em todo o conjunto do presente estudo está nas projeções atuariais, donde se observa – aí sim – a atuação desta hipótese justamente na composição da evolução das receitas futuras do RPPS em questão.

Tendo em vista se tratar de plano com massa fechada, dada a impossibilidade de novos ingressos, essa hipótese foi desconsiderada no cálculo dos encargos, contribuições futuras e provisões hipotéticas do Plano Financeiro.

### Idade de Entrada no Mercado de Trabalho

Tendo em vista a inexistência de dados relativos ao tempo de contribuição previdenciária anterior ao ingresso dos servidores no município de Belo Horizonte (MG), para a grande maioria dos segurados constantes da base cadastral, para a projeção da idade de aposentadoria, onde os Servidores completarão todas as condições de elegibilidade, foi adotada hipótese de 26 anos como a idade de início das atividades profissionais.

### Composição Familiar

A hipótese de composição familiar expressa a família padrão associada a cada idade dos servidores do município e segurados do Plano de Benefícios em epígrafe, de modo que, para um segurado de idade x, a sua composição familiar é composta, por exemplo, de cônjuge de idade y e filhos de idades r1, r2 e r3. Com base nessas estimativas é que serão estabelecidas as anuidades atuariais para a pensão por morte.

Para a composição familiar média foram realizados estudos da população atual de segurados do plano, sendo o cônjuge de sexo feminino 2 anos mais jovem que o segurado titular, e o cônjuge do sexo masculino 3 anos mais velho que a segurada titular. Tais informações foram obtidas da base cadastral encaminhada para realização dos estudos atuariais. Por fim, adotou-se, por conservadorismo, um percentual de que 90,00% dos segurados possui dependente vitalício.

# Regimes Financeiros e Métodos de Financiamento

Tendo em vista que o RPPS-BH instituiu a segregação de massas por meio da Lei n° 10.362, de 30 de dezembro de 2011, todos os benefícios garantidos pelo Plano Financeiro são financiados em Regime de Repartição Simples.

Para o regime de repartição simples, ou regime de caixa, as receitas arrecadadas em um determinado período devem ser suficientes para pagar toda a despesa ocorrida neste mesmo período; ou seja, as despesas esperadas para um exercício devem ser financiadas no mesmo exercício. Logo, não há formação de reservas matemáticas.

Contudo, tendo em vista as instruções da SPS, dada a importância de analisar o plano no longo prazo, apesar de financiados em regime de caixa, devem ser apurados o valor presente atuarial dos encargos e das contribuições futuras para se estimar a distribuição dos valores a serem realizados via aporte pelo ente para a cobertura das insuficiências financeiras no longo prazo, quando o plano financeiro não dispuser mais de recursos próprios. Para tanto, foram realizados tais cálculos adotando hipoteticamente o regime de capitalização para todos os benefícios do Plano Financeiro, porém considerando 0% de taxa de juros.

Considerando a segregação de massas instituída pela Lei Complementar nº 349, de 27 de janeiro de 2009, para fins de avaliação de longo prazo dos benefícios do Plano Financeiro, financiados em Repartição Simples, foi adotado teoricamente o mesmo regime financeiro do Plano Previdenciário e o método Agregado / Ortodoxo para o financiamento dos benefícios.

Para a avaliação atuarial do Plano Previdenciário, observadas as disposições da Portaria MPS 403, de 2008, foram adotados os seguintes Regimes Financeiros e Métodos Atuariais para financiamento dos benefícios:

## Repartição Simples

Para o regime de repartição simples, ou regime de caixa, as receitas arrecadadas em um determinado período devem ser suficientes para pagar toda a despesa ocorrida neste mesmo período, ou seja, as despesas esperadas para um exercício devem ser financiadas no mesmo exercício. Não há formação de reservas.

Não há benefícios no Plano Previdenciário que foram financiados pelo Regime Financeiro de Repartição Simples.

## Repartição de Capitais de Cobertura

Para o regime de repartição de capitais de cobertura as receitas arrecadadas em um determinado período devem ser suficientes para cobrir toda a despesa gerada no mesmo período até o fim de sua duração. Há formação de reservas apenas quando do fato gerador do benefício, sendo, reserva para benefícios concedidos.

Para o Plano Previdenciário, foram financiados pelo Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura os seguintes benefícios:

Aposentadoria por Invalidez;

Reversão em Pensão de Aposentadoria por Invalidez e

Pensão por Morte (ativos).

## Regime de Capitalização

O Regime Financeiro de Capitalização possui uma estrutura técnica que consiste em determinar as contribuições necessárias e suficientes a serem arrecadadas ao longo do período laborativo do segurado para custear a sua aposentadoria ao longo da fase de percepção de renda.

Pressupõe a formação de reservas, pois as contribuições são antecipadas no tempo em relação ao pagamento do benefício.

Não obstante, cada método determina um nível de custeio e a velocidade com que se observará o crescimento das reservas técnicas. A seguir são apresentados alguns dos métodos atuariais que se pode adotar para financiamento do Valor Atual dos Benefícios Futuros dos segurados do plano.

### Método Crédito Unitário Projetado

No método Crédito Unitário Projetado – CUP – as contribuições são crescentes ao longo da fase contributiva e a constituição da Reserva Garantidora se dá de forma mais acelerada quanto mais se aproxima da data de concessão do benefício.

O Custo Normal é distribuído entre a data de entrada considerada como início da capitalização e a data de elegibilidade do benefício de aposentadoria programada.

A Reserva Matemática, que representa o passivo atuarial do plano, equivale à proporcionalidade dos encargos em relação ao tempo de contribuição já realizado em função do tempo total de contribuição.

A parcela da Reserva Matemática a ser integralizada nos anos seguintes até a data da elegibilidade ao benefício, por sua vez, é equivalente à proporção de tempo faltante para aposentadoria em relação ao total do tempo de contribuição.

O cálculo do benefício considera o salário projetado para a data de aposentadoria programada.

Conhecidos os métodos, para o Plano Previdenciário, os benefícios foram financiados pelo Regime Financeiro de Capitalização, método CUP os seguintes benefícios:

Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade;

Reversão em Pensão de Aposentadoria Programada.

# Resultados Atuariais – Plano Previdenciário

## Ativo Real Líquido

Conforme definições da Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008, entende-se por Ativo Real Líquido o montante representativo dos recursos já acumulados pelo RPPS, garantidores dos benefícios previdenciários.

Para desenvolvimento da presente Avaliação Atuarial nos foi informado o montante de R$533.801.012,09como o somatório dos bens e direitos vinculados ao plano, posicionado em 31 de dezembro 2017, em conformidade com o Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR – do último bimestre do ano de 2017 enviado ao MPS e que foi analisado por esta Consultoria.

O referido patrimônio será comparado às provisões matemáticas para se apurar o resultado técnico do plano. Entende-se por provisão matemática o montante calculado atuarialmente, em determinada data, que expressa, em valor presente, o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos do plano de benefícios ao longo do tempo, considerando também as contribuições futuras.

## Saldo de Compensação Previdenciária

Para a estimativa do saldo de Compensação Previdenciária – Comprev – deste RPPS, estão previstas a consideração tanto os valores estimados a receber como aqueles estimados a pagar para outros regimes previdenciários, sendo que tais estimativas, consequentemente, dependem da disponibilidade das informações constantes da base de dados encaminhada pela Unidade Gestora e pelo setor de Relação Humanas – RH – do Ente Federativo.

### Compensação Previdenciária a Receber

Assim sendo, sob a ótica da receita do RPPS, tem-se que a estimativa da Comprev a receber é oriunda tanto dos segurados ativos que possuem tempo de contribuição vertido a outros regimes previdenciários – precipuamente ao INSS – como dos próprios inativos, cujos processos de entrada junto ao regime previdenciário de origem ou não foram iniciados ou ainda não foram deferidos.

Desta feita, para o presente caso, foi estimada uma COMPREV a receber no valor total de R$243.886.576,32, sendo composta em sua integralidade pela reserva matemática de benefícios a conceder (RMBaC).

### Compensação Previdenciária a Pagar

Ao passo que a estimativa da Comprev a Receber parece ser mais próxima da realidade de ser estimada, é de conhecimento que, praticamente, todos os RPPS, possuam igualmente um passivo a título de COMPREV a pagar.

Podemos discriminar tal passivo em duas frentes distintas:

1. Processos de Comprev a pagar que já tenham sido deferidos a outros regimes previdenciários, ou seja, que atualmente o RPPS já esteja arcando com o pagamento de fluxo mensal enquanto tais benefícios subsistirem em seus respectivos regimes instituidores; e
2. Estimativa de um passivo referente a todas as pessoas que seriam passíveis de perceber, futuramente, compensação previdenciária do RPPS, por ter tido vinculação de cargo efetivo com o Ente Federativo em questão e, por conseguinte, contribuído ao RPPS em tal período. De forma resumida, consideramos que o grupo dos servidores efetivos exonerados[[4]](#footnote-4) do ente público se enquadra nestas características apontadas. Trata-se de uma estimativa mais complexa e passível de maior erro, tendo em vista que é provável que se desconheça a situação atual destas pessoas, como, por exemplo, se estão vivas, se – de fato – irão um dia se aposentar e, caso positivo, com que idade e valor de benefício, etc.

Quanto à base de dados para a execução de tais estimativas, ressalvamos que os dados encaminhados foram suficientes para que se procedessem aos cálculos da COMPREV a pagar.

Ressalva-se que na metodologia adotada para a estimativa da COMPREV a Pagar a partir da base de dados dos exonerados, foram desconsiderados todos os casos de ex-servidores cuja idade, na data da presente Avaliação Atuarial, seja igual ou superior a 75 anos (idade limite para vinculação como servidor efetivo em atividade no âmbito do serviço público).

Desta feita, para o presente caso, foi estimada uma COMPREV a pagar no valor total de R$6.469.647,20, sendo integralmente composta pela estimativa a partir da base de dados dos exonerados do Ente Federativo, eis que não há processos deferidos em que o RPPS é o responsável pelo pagamento dos fluxos mensais.

Conclusivamente, temos que:

(+) COMPREV a Receber: R$243.886.576,32

(-) COMPREV a Pagar: R$6.469.647,20

(=) Saldo de COMPREV: R$237.416.929,13

Portanto, o valor do saldo final relativo à estimativa de COMPREV para a Avaliação Atuarial 2018 do RPPS-BH é positivo em R$237.416.929,13, o que quer dizer que há mais Comprev a Receber do que Comprev a Pagar.

## Provisões Matemáticas e Resultado Atuarial

O Resultado Atuarial é obtido pela diferença entre o Ativo Real Líquido, que representa os recursos garantidores do plano de benefícios, e a Provisão Matemática, que se refere ao montante atualmente necessário para fazer jus aos benefícios futuros cobertos pelo Plano.

As Provisões Matemáticas, por sua vez, são calculadas com base na diferença entre o Valor Atual dos Benefícios Futuros – VABF – dos diferentes benefícios cobertos pelo plano e o Valor Atual das Contribuições Futuras – VACF – do Ente e Segurados, de acordo com as alíquotas vigentes quando da realização da Avaliação Atuarial.

Para cálculo atuarial do VACF, considerou-se o plano de custeio atual, disposto na Lei Municipal nº 10.362, de 2011, na qual está definida alíquota contributiva do Segurado em 11,00% e do ente federativo em 22,00%, calculada sobre o salário de contribuição dos segurados ativos.

O grupo de segurados do Plano Previdenciário, definidos pela aludida norma, se restringe aos segurados ativos cujo ingresso no município de Belo Horizonte (MG) tenha ocorrido após a data de 29 de dezembro de 2011 e a todos os segurados ativos que ingressarem no município a partir desta mesma data bem como aos seus dependentes.

Assim, com base no referido plano de custeio e nos benefícios cobertos pelo RPPS, bem como nas informações financeiras e cadastrais encaminhadas e ainda com base nas hipóteses e métodos atuariais adotados, apurou-se os seguintes valores, posicionados na mesma data base de avaliação do ativo do plano, qual seja em 31 de dezembro de 2017:

| RESULTADOS | GERAÇÃO ATUAL | GERAÇÃO FUTURA | CONSOLIDADO |
| --- | --- | --- | --- |
| Ativo Real Líquido do Plano (1 = a + b) | R$ 533.801.012,09 | R$ 0,00 | R$ 533.801.012,09 |
| Aplicações e Recursos - DAIR (a) | R$ 533.801.012,09 | R$ 0,00 | R$ 533.801.012,09 |
| Dívidas Reconhecidas (b) | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 |
| Plano Previdenciário (2 = 3 - 6) | R$ 501.649.336,06 | -R$ 359.602.842,06 | R$ 501.649.336,06 |
| Provisões Matemáticas (3 = 4 + 5) | R$ 501.649.336,06 | -R$ 359.602.842,06 | R$ 501.649.336,06 |
| Benefícios Concedidos (+) (4) | R$ 5.576.859,48 | R$ 0,00 | R$ 5.576.859,48 |
| Benefícios a Conceder (+) (5) | R$ 496.072.476,58 | -R$ 359.602.842,06 | R$ 496.072.476,58 |
| Saldo de COMPREV[[5]](#footnote-5) (-) | R$ 237.416.929,12 | R$ 0,00 | R$ 237.416.929,12 |
| Plano de Amortização (6) | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 |
| Resultado Atuarial [+/(-)] (7 = 1 - 2) | R$ 32.151.676,03 | R$ 359.602.842,06 | R$ 32.151.676,03 |

De forma comparativa aos exercícios anteriores, tem-se os seguintes resultados:

| RESULTADOS | 2016\* | 2017\* | 2018 |
| --- | --- | --- | --- |
| Ativo Real Líquido do Plano (1 = a + b) | R$ 217.103.576,69 | R$ 381.925.555,91 | R$ 533.801.012,09 |
| Aplicações e Recursos - DAIR (a) | R$ 217.103.576,69 | R$ 381.925.555,91 | R$ 533.801.012,09 |
| Dívidas Reconhecidas (b) | R$0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 |
| Plano Previdenciário (2 = 3 - 6) | R$ 132.827.013,04 | R$ 376.458.769,81 | R$ 501.649.336,06 |
| Provisões Matemáticas (3 = 4 + 5) | R$ 132.827.013,04 | R$ 376.458.769,81 | R$ 501.649.336,06 |
| Benefícios Concedidos (+) (4) | R$ 4.019.555,13 | R$ 5.156.252,80 | R$ 5.576.859,48 |
| Benefícios a Conceder (+) (5) | R$ 128.807.457,91 | R$ 371.302.517,01 | R$ 496.072.476,58 |
| Saldo de COMPREV[[6]](#footnote-6) (-) | R$ 14.100.768,88 | R$ 62.268.283,53 | R$ 237.416.929,12 |
| Plano de Amortização (6) | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 |
| Resultado Atuarial [+/(-)] (7 = 1 - 2) | R$ 84.276.563,65 | R$ 5.466.786,10 | R$ 32.151.676,03 |
| Evolução do Índice de Cobertura das Provisões Matemáticas IC = (a / 3) | 163,45% | 100,08% | 106,41% |

\* Dados extraídos dos respectivos DRAA cadastrados no site do MPS.

Evolução Anual: Ativo Líquido x Provisões Matemáticas



O resultado apurado para a Avaliação Atuarial 2018 remontou a um superávit atuarial no valor de R$32.151.676,03, e foi apurado considerando a as alíquotas normais de contribuição de 11,00% dos Segurados e de 22,00% do Ente Federativo, bem como o Saldo de Compensação Previdenciária, todos já abordados.

Pela análise do Índice de Cobertura das Provisões Matemáticas (ICPM) é possível aferir qual o comportamento das provisões matemáticas versus o do ativo do RPPS, identificando o nível destas reservas está coberto pelo ativo (aplicações e investimentos) que o RPPS possui, historicamente. Quanto mais próximo de 1,00 mais próximo do equilíbrio atuarial o RPPS se encontra.

Assim, analisando as três últimas avaliações atuariais realizadas, depreende-se que o Índice de Cobertura das Provisões Matemáticas (ICPM)deste RPPS-BH passou de 163,45% no exercício de 2015 para 100,08% no exercício de 2016 e, finalmente, para 106,41% no exercício de 2017, o que representa uma variação negativa de 57,04% neste período.

Conclusivamente, é sempre recomendado que a evolução do Índice de Cobertura das Provisões Matemáticas (ICPM) seja, ano a ano, positiva, o que demonstraria, desta forma, que o plano de custeio aplicado está aderente e adequado ao crescimento das reservas matemáticas, bem como que o ativo do RPPS está igualmente crescendo de acordo com as projeções realizadas anteriormente.

Observa-se uma elevação do Ativo Real Líquido do Plano (somente investimentos, conforme DAIR) na ordem de aproximadamente 39,77% em relação ao ano anterior, auxiliada em grande parte pela rentabilidade da carteira de investimentos auferida pelo RPPS-BH no decorrer do ano de 2017 muito próxima à meta atuarial, bem como pela ainda extremamente baixa folha de benefícios paga pelo plano BHPREV.

Observa-se que a estimativa de COMPREV se manteve em um patamar próximo ao que vinha sendo estimado nas Avaliações Atuariais anteriores, a qual – de acordo com a metodologia adotada – restou limitada ao limite legal de 10% do VABF.

Mesmo com o grande incremento no patrimônio do RPPS-BH, o resultado deficitário não mostrou uma queda na mesma proporção. Isto se deve ao fato da revisão da hipótese de crescimento salarial, tornando-a adequada à evolução prevista no Plano de Cargos e Salários do Município de RPPS-BH (MG), passando de 1,00% (mínimo imposto pela atual legislação) para os atuais 2,50% anuais.

Depreendeu-se da análise da base de dados, que houve um ingresso de 528 servidores ativos no decorrer do ano de 2017. A massa nova de servidores possui um perfil 1 ano mais jovem do que a antiga. Desta forma, ao confrontarmos as obrigações futuras geradas pela inclusão no plano de benefício e as comparando com a receita futura que será gerada por esta mesma massa, temos que o grupo contribuiu para a elevação do passivo atuarial (em R$ 9,1 milhões), avaliado por meio da presente Avaliação Atuarial e pelo método de financiamento CUP, uma vez que o encargo gerado foi inferior à receita esperada, gerando, portanto, para este grupo em específico e nesta data, uma provisão negativa para o RPPS-BH.

Ressalva-se, novamente, a relevância de que se proceda ao levantamento das informações relativas ao tempo anterior à Prefeitura. Tudo isto para que os próximos cálculos atuariais sejam ainda mais fidedignos à realidade do município ora em análise.

Por sua vez, quanto à parte do passivo do RPPS, temos que a evolução da reserva matemática de benefícios a conceder foi de R$124.769.959,57 de um ano para o outro. Ademais, observou-se um incremento médio de 8,15% nas remunerações dos servidores ativos do município no ano de 2017.

No que se refere aos inativos, observou-se uma elevação na reserva matemática de benefícios concedidos (RMBC) de R$420.606,68, em sua grande parte, em razão da concessão de 4 benefícios de aposentadoria e de 2 benefícios de pensão por morte ao longo do ano de 2017, acarretando em um aumento próximo de R$7.230,11 mensais (ou 21,98%) na folha de benefícios do BHPREV.

Com o aumento do ativo líquido do plano, a elevação das Reservas Matemáticas em função dos motivos explicitados anteriormente e as revisões procedidas às hipóteses atuariais – tudo isto na tentativa de torna-las mais aderentes/adequadas às características do Município e de seu grupo de servidores – apurou-se superávit para a presente Avaliação Atuarial do RPPS-BH, superior ao apurado para o exercício de 2016.

Ademais, observa-se um índice de cobertura das provisões matemáticas de 106,41% considerando apenas o patrimônio constituído como ativo. Observamos a cobertura de 100,00% das reservas dos benefícios concedidos (inativos) e uma cobertura de 106,48% das reservas matemáticas de benefícios a conceder (ativos).

Por fim, no que se refere à situação financeira do BHPREV, quando analisadas as receitas oriundas das contribuições patronal e dos servidores ativos e inativos em 11/2017, depreende-se uma relação quase plena de sobra financeira, sendo que tal sobra representa99,54%da arrecadação total, sendo 0,46% desta consumidos pelos benefícios dos atuais inativos (aposentados e pensionistas), conforme dados que seguem:

Repasse Patronal: R$6.490.733,10

Contribuição Ativos: R$3.305.339,54

Contribuição Inativos: R$645,48

Receita Total: R$9.796.718,12

Despesas (benefícios): R$45.005,57

Sobra Financeira: R$9.751.712,55 (99,54% da receita total)

Para que o RPPS-BH possa ter um acompanhamento da sua situação financeira, e não somente restringir as análises à questão atuarial, comparativamente, a relação entre receitas de contribuições e despesas com benefícios em 11/2016, os benefícios consumiam 0,29% da arrecadação das contribuições da época, e havia uma sobra financeira mensal de pouco mais de R$8.331.369,25.

Recomendamos que seja constantemente monitorada a relação entre receitas e despesas do RPPS-BH doravante.

Vale destacar ainda que, em relação à hipótese atuarial de novos entrados, esta foi considerada na presente avaliação atuarial, sendo que o grupo de novos entrados apresentou um resultado de superávit atuarial de R$359.602.842,06. Com isto, subentende-se que as receitas de contribuições geradas pelo grupo futuro serão superiores às despesas, sendo todos estes valores avaliados conforme as premissas consideradas e já explanadas anteriormente.

No entanto, vale ressalvar novamente, que os resultados da avaliação dos futuros servidores (hipótese de Novos Entrados) em nada influenciam tanto os resultados como o plano de custeio da geração atual, conforme determinado pela legislação em vigor.

### Plano de Custeio – Alíquotas de Equilíbrio

Tendo em vista os resultados apurados, considerando os regimes financeiros, métodos e hipóteses atuariais apresentados, sugere-se a manutenção do plano de custeio atual com a consequente manutenção do custo normal e manutenção do atual plano de amortização, conforme tabelas a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| CONTRIBUINTE | NORMAL % | SUPLEMENTAR % |
| Ente Público | 22,00% | 0,00% |
| Servidor Ativo | 11,00% | 0,00% |
| Servidor Aposentado | 11,00% | 0,00% |
| Pensionista | 11,00% | 0,00% |
| Total | 33,00% | 0,00% |

| BENEFÍCIOS COBERTOS | NORMAL % |
| --- | --- |
| Aposentadoria Programada | 24,79% |
| Aposentadoria por Invalidez | 1,62% |
| Pensão por Morte de Ativo | 2,03% |
| Reversão em Pensão de Aposentadoria Programada | 4,55% |
| Reversão em Pensão de Aposentadoria por Invalidez | 0,00% |
| Administração | 0,00% |
| Total | 33,00% |

Em virtude de ter sido apurado um resultado superavitário para o RPPS-BH no encerramento do exercício de 2017, bem como considerando que o superávit apurado representa apenas 6,41% da totalidade das Reservas Matemáticas calculadas, se faz prudente a manutenção das alíquotas contributivas.

Entretanto, caso seja verificada a manutenção de superávits nas avaliações subsequentes, poderá ser analisada, em conjunto com o Instituto e o Ente Federativo, a viabilidade de redução, primeiro, do Plano de Amortização, para, somente após a sua supressão, poder ser cogitada a alteração das alíquotas contributivas, desde que tal redução esteja em conformidade com as disposições legais sobre a matéria.

# Resultados Atuariais – Plano Financeiro

O Plano Financeiro possui como segurados os servidores públicos de cargo efetivo do Município de Belo Horizonte, na condição de ativos, cuja data de admissão tenha ocorrido até 29/12/2011 e todos os inativos (aposentados e pensionistas) de responsabilidade do RPPS-BH nesta mesma data, sendo fechado a novos ingressos, conforme Lei Municipal nº 10.362, de 2011.

Conforme orientações da Secretaria de Previdência Social (SPS), no intuito de avaliar o plano no longo prazo, foram apurados os montantes que se deveria ter no plano hoje para, contando com as contribuições futuras, exista recursos suficientes no futuro para cobertura dos encargos. Tais valores foram apurados considerando taxa de juros de 0% ao ano.

## Ativo Real Líquido

Para desenvolvimento da presente Avaliação Atuarial nos foi informado o montante de R$23.276.566,70como o somatório dos recursos vinculados ao Plano Financeiro, posicionado em 31/12/2017 em conformidade com o Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR – do último bimestre do ano de 2018 enviado ao MPS.

## Encargos, Contribuições Futuras e Aporte Complementar

Conforme mencionado, o Resultado Atuarial para o plano Financeiro é obtido pela diferença entre o Ativo Real Líquido, que representa os recursos garantidores do plano de benefícios, e o valor atual dos encargos futuros líquidos das contribuições futuras.

Esse resultado representa o valor presente atuarial do recurso necessário a ser aportado pelo ente federativo para suportar as despesas previdenciárias depois de esgotado o patrimônio do plano.

Para cálculo atuarial do VACF, considerou-se o plano de custeio atual, disposto na Lei Municipal nº 10.362, de 2011, na qual está definida alíquota contributiva do Segurado em 11,00% e do ente federativo em 22,00%, calculada sobre o salário de contribuição dos segurados ativos.

Assim, com base no referido plano de custeio e nos benefícios cobertos pelo RPPS, bem como nas informações financeiras e cadastrais encaminhadas, apurou-se os seguintes valores em 31 de dezembro de 2017:

| RESULTADOS PLANO FINANCEIRO | 31/12/2017 |
| --- | --- |
| Ativo Real Líquido do Plano (1 = a + b) | R$ 23.276.566,70 |
| Aplicações e Recursos - DAIR (a) | R$ 23.276.566,70 |
| Dívidas Reconhecidas (b) | R$ 0,00 |
| Benefícios Concedidos | R$ 23.276.566,70 |
| Benefícios do Plano | R$ 20.006.535.860,43 |
| Contribuições do Ente (-) | R$ 0,00 |
| Contribuições do Inativo (-) | R$ 317.771.752,80 |
| Contribuições do Pensionista (-) | R$ 29.688.148,12 |
| Compensação Previdenciária (-) | R$ 0,00 |
| Cobertura de Insuficiência Financeira (-) \* | R$ 19.635.799.392,81 |
| Benefícios a Conceder | -R$ 55.509.915.008,59 |
| Benefícios do Plano | R$ 44.825.763.460,22 |
| Contribuições do Ente (-) | R$ 3.508.260.906,45 |
| Contribuições do Ativo (-) | R$ 2.820.918.784,46 |
| Compensação Previdenciária (-) | R$ 2.622.468.153,53 |
| Cobertura de Insuficiência Financeira (-) \* | R$ 35.874.115.615,78 |
| \* Aporte Complementar do Ente para Cobertura de Insuficiência Financeira | R$ 55.509.915.008,59 |

Caso as hipóteses atuariais venham a se confirmar ao longo do tempo, o ente federativo fará contribuições complementares de R$55.509.915.008,59 em valor nominal a título de aportes para Cobertura de Insuficiência Financeira. A distribuição de tais aportes pode ser observada no fluxo atuarial apresentado para o referido Plano Financeiro.

Por fim, no que se refere à situação financeira do RPPS-BH, quando analisadas as receitas oriundas das contribuições patronal e dos servidores ativos e inativos em 11/2017, depreende-se uma relação de 48,54%. Ou seja, atualmente o nível de falta de receita representa 106,01%da arrecadação total, sendo 206,01% desta consumidos pelos benefícios dos atuais inativos (aposentados e pensionistas), conforme dados que seguem:

Repasse Patronal: R$22.542.169,92

Contribuição Ativos: R$11.517.203,22

Contribuição Inativos: R$1.795.947,70

Receita Total: R$35.855.320,84

Despesas (benefícios): R$73.865.875,27

Falta Financeira: R$38.010.554,43 (106,01% da receita total)

Relação (Receitas X Despesas): 48,54%

Para que o RPPS-BH possa ter um acompanhamento da sua situação financeira, e não somente restringir as análises à questão atuarial, comparativamente, a relação entre receitas de contribuições e despesas com benefícios em 11/2016 era de 58,71%. Os benefícios consumiam 170,33% da arrecadação das contribuições da época, e havia uma falta financeira mensal de R$26.118.491,63.

## Plano de Custeio Atual

Tendo em vista a estruturação do Plano Financeiro, financiado em Regime de Repartição Simples, e dada a previsão de uma receita previdenciária ainda superior às despesas no exercício de 2018, sugere-se a manutenção do referido plano de custeio, nos mesmos moldes do Plano Previdenciário, conforme tabelas abaixo:

1. Alíquota de custeio por contribuinte

|  |  |
| --- | --- |
| Contribuinte | Normal % |
| Ente Público | 22,00% |
| Servidor Ativo | 11,00% |
| Servidor Aposentado | 11,00% |
| Pensionista | 11,00% |
| **Total** | **33,00%** |

1. Alíquota de custeio por tipo de benefício

| Benefícios Cobertos | Normal % |
| --- | --- |
| Aposentadoria Programada | 24,29% |
| Aposentadoria por Invalidez | 0,97% |
| Pensão por Morte de Ativo | 1,20% |
| Reversão em Pensão de Aposentadoria Programada | 6,28% |
| Reversão em Pensão de Aposentadoria por Invalidez | 0,26% |
| Auxílio Doença | 0,00% |
| Salário Maternidade | 0,00% |
| Auxílio Reclusão | 0,00% |
| Salário Família | 0,00% |
| Administração | 0,00% |
| Total | 33,00% |

Os percentuais apresentados na primeira tabela refletem o plano de custeio vigente para o Plano Financeiro, sendo 11,00% como alíquota contributiva para o Servidor e 22,00% para o ente.

Quando se avalia a base cadastral encaminhada, considerando as alíquotas contributivas atuais, apura-se uma receita já muito inferior às despesas. Não obstante, com a aposentadoria dos servidores, a cada ano que passar, tais diferenças devem ser cada vez mais majoradas com o aumento das despesas e redução das receitas. A referida relação pode ser verificada no fluxo atuarial do Plano Financeiro demonstrado em capítulo específico.

Vale destacar que, com relação ao grupo de segurados do plano financeiro, a despesa previdenciária evoluirá gradativamente, dado que à medida que o número de servidores ativos reduzir e o de aposentados e pensionistas aumentar, o valor da arrecadação com a contribuição normal não será cada vez menos suficiente para arcar com as despesas correntes.

No entanto, após essa primeira fase de evolução das despesas, esses gastos começarão a reduzir em função dos óbitos esperados. Com isso o custo previdenciário passará a ser decrescente, reduzindo gradativamente até a completa extinção do grupo de segurados deste plano.

# Considerações Finais

Considerando todos os aspectos abordados no presente relatório, os resultados apresentados acima foram apurados em consonância com as disposições constantes da Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008, que estabelece os parâmetros mínimos a serem adotados nas Avaliações e Reavaliações de Planos de Benefícios administrados por Regimes Próprios de Previdência Social.

Por sua vez, a Portaria MPS nº 402, também de 10 de dezembro de 2008, pondera que o equilíbrio financeiro e atuarial é critério a ser observado para emissão de Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP – do Ente Federativo, razão pela qual se impõe que os resultados apurados e o consequente Plano de Custeio apontado pela Avaliação Atuarial oficial entregue ao MPS sejam cumpridos e aplicados na prática tanto pelo Ente como pelo Regime Próprio.

Observa-se que o presente Relatório representa os cálculos realizados em conformidade com as normas relativas à restrição de que o Plano de Custeio apurado seja relativo apenas à geração atual[[7]](#footnote-7), não obstante haja a necessidade da apuração dos compromissos das gerações futuras[[8]](#footnote-8).

Ressaltamos que devido à avaliação atuarial espelhar os resultados de acordo com os dados cadastrais e financeiros da massa observada, eventuais modificações nas características da referida população acarretarão em alterações nos resultados de reavaliações futuras. Tais modificações podem ser desde a implementação de um plano de cargos e salários ou a ocorrência de eventos em quantidade muito superior ao estimado, em virtude de alguma intercorrência externa ou até mesmo de uma causalidade inesperada (óbitos ou entradas em invalidez de servidores ativos, etc.).

Sugere-se um recadastramento dos Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas, visando a completa consistência da base cadastral deste RPPS, principalmente no que se refere ao histórico profissional dos primeiros, tendo em vista que tais informações nos permitiriam apurar resultados mais fidedignos à realidade desta entidade previdenciária. O mencionado recadastramento deverá ocorrer anteriormente à próxima Avaliação Atuarial, para que se possa apurar resultados fidedignos à realidade do RPPS-BH.

Sugere-se, quanto aos dados dos aposentados, que seja realizado um levantamento no sentido de apurar quem está atualmente recebendo o fluxo mensal do COMPREV do INSS e qual o valor repassado, bem como para aqueles cuja COMPREV ainda não foi deferida, fazer o desmembramento da composição do tempo de serviço considerado para a concessão do benefício.

Ressaltamos que devido à avaliação atuarial espelhar os resultados de acordo com os dados cadastrais e financeiros da massa observada, eventuais modificações nas características da referida população acarretarão em alterações nos resultados de reavaliações futuras.

Desta forma, julgamos sob o ponto de vista atuarial que o RPPS-BHencontra-se em condições de honrar seus compromissos previdenciários de curto, médio e longo prazos, devendo, entretanto, atentar às recomendações constantes do presente relatório de Avaliação Atuarial.

Canoas (RS), 26/03/2018.



|  |  |
| --- | --- |
| **Guilherme Walter**  Atuário MIBA n° 2.091  LUMENS ATUARIAL – Consultoria e Assessoria | **Rafael Porto de Almeida**  Atuário MIBA n° 1.738  LUMENS ATUARIAL – Consultoria e Assessoria |

ANEXO I – Demonstrativo Contábil

| MASCARA | DESCRIÇÃO | VALOR |
| --- | --- | --- |
| Sem Máscara | ATIVO - PLANO FINANCEIRO | R$ 23.276.566,70 |
| Sem Máscara | Aplicações conforme DAIR | R$ 23.276.566,70 |
| Sem Máscara | Parcelamentos | R$ 0,00 |
| Sem Máscara | Provisões Matemáticas - Plano Financeiro | R$ 55.509.915.008,59 |
| 2.2.7.2.1.01.00 | Provisões de Benefícios Concedidos | R$ 23.276.566,70 |
| 2.2.7.2.1.01.01 | Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano | R$ 20.006.535.860,43 |
| 2.2.7.2.1.01.02 | Contribuições do Ente (redutora) | R$ 0,00 |
| 2.2.7.2.1.01.03 | Contribuições do Inativo (redutora) | R$ 317.771.752,80 |
| 2.2.7.2.1.01.04 | Contribuições do Pensionista (redutora) | R$ 29.688.148,12 |
| 2.2.7.2.1.01.05 | Compensação Previdenciária (redutora) | R$ 0,00 |
| 2.2.7.2.1.01.07 | Cobertura de Insuficiência Financeira (redutora) | R$ 19.635.799.392,81 |
| 2.2.7.2.1.02.00 | Provisões de Benefícios A Conceder | R$ 0,00 |
| 2.2.7.2.1.02.01 | Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano | R$ 44.825.763.460,22 |
| 2.2.7.2.1.02.02 | Contribuições do Ente (redutora) | R$ 3.508.260.906,45 |
| 2.2.7.2.1.02.03 | Contribuições do Ativo (redutora) | R$ 2.820.918.784,46 |
| 2.2.7.2.1.02.04 | Compensação previdenciária (redutora) | R$ 2.622.468.153,53 |
| 2.2.7.2.1.02.06 | Cobertura de Insuficiência Financeira (redutora) | R$ 35.874.115.615,78 |
| Sem Máscara | ATIVO - PLANO PREVIDENCIÁRIO | R$ 533.801.012,09 |
| Sem Máscara | Aplicações conforme DAIR | R$ 533.801.012,09 |
| Sem Máscara | Parcelamentos | R$ 0,00 |
| Sem Máscara | Provisões Matemáticas - Plano Previdenciário | R$ 501.649.336,06 |
| 2.2.7.2.0.00.00 | Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo | R$ 501.649.336,06 |
| 2.2.7.2.1.03.00 | Provisões de Benefícios Concedidos | R$ 5.576.859,48 |
| 2.2.7.2.1.03.01 | Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano | R$ 5.583.733,85 |
| 2.2.7.2.1.03.02 | Contribuições do Ente (redutora) | R$ 0,00 |
| 2.2.7.2.1.03.03 | Contribuições do Inativo (redutora) | R$ 0,00 |
| 2.2.7.2.1.03.04 | Contribuições do Pensionista (redutora) | R$ 6.874,37 |
| 2.2.7.2.1.03.05 | Compensação Previdenciária (redutora) | R$ 0,00 |
| 2.2.7.2.1.04.00 | Provisões de Benefícios A Conceder | R$ 496.072.476,58 |
| 2.2.7.2.1.04.01 | Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano | R$ 2.445.996.037,82 |
| 2.2.7.2.1.04.02 | Contribuições do Ente (redutora) | R$ 1.129.723.454,29 |
| 2.2.7.2.1.04.03 | Contribuições do Ativo (redutora) | R$ 582.783.177,83 |
| 2.2.7.2.1.04.04 | Compensação Previdenciária (redutora) | R$ 237.416.929,12 |
| 2.2.7.2.1.05.00 | Plano de Amortização (redutora) | R$ 0,00 |
| 2.2.7.2.1.05.98 | Outros Créditos (redutora) | R$ 0,00 |
|  | **Superávit Acumulado** | **R$ 32.151.676,03** |

ANEXO II – Projeções Atuariais – Plano Previdenciário

As Projeções Atuariais do Plano Previdenciário são desenvolvidas para estimar o fluxo de receitas previdenciárias, com contribuições e rentabilidade, e despesas com a concessão e pagamento dos benefícios cobertos pelo plano, observando a evolução demográfica da atual população de segurados (massa fechada) de acordo com as hipóteses adotadas, sendo que se pode depreender da tabela que segue a evolução, em termos de quantidade e de valores anuais, dos novos benefícios que estão previstos para serem concedidos.

A metodologia adotada por esta consultoria apresenta o fluxo em valor presente, sendo possível, desta forma, a análise conjunta aos resultados da Avaliação Atuarial em relação à geração atual. Trata-se, pois, de uma apresentação dos resultados atuariais de uma forma anualizada.

A utilização da geração atual para a realização das projeções permite uma análise dos valores de receitas e despesas esperadas sem a influência de futuros ingressos de servidores, dado que se trata de uma hipótese de difícil previsão.

Como Saldo inicial considera-se o Ativo Real Líquido posicionado na data base dos cálculos. Ao referido valor são somadas as receitas e deduzidas as despesas anualmente. Considera-se também, caso haja, o fluxo financeiro proveniente do financiamento das dívidas já confessadas, bem como da Compensação Previdenciária. Desta forma, é importante que se busque o recebimento dos referidos recursos para que a Projeção Atuarial sirva como parâmetro para as políticas financeiras do RPPS.

| Exercício | Novos benefícios (qtde. Ano / acumulado) | Novos benefícios (R$) | Repasse patronal | Repasse segurados | Despesa previdenciária | Resultado previdenciário | Saldo financeiro |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 2018 | 0 / 0 | 0,00 | 75.551.941,14 | 37.775.970,57 | 13.133.756,49 | 100.194.155,22 | 633.995.167,31 |
| 2019 | 0 / 0 | 0,00 | 70.850.874,29 | 35.425.437,15 | 313.296,05 | 105.963.015,39 | 739.958.182,70 |
| 2020 | 0 / 0 | 0,00 | 68.907.355,65 | 34.453.677,83 | 297.013,68 | 103.064.019,80 | 843.022.202,50 |
| 2021 | 0 / 0 | 0,00 | 67.002.717,57 | 33.501.358,78 | 281.482,09 | 100.222.594,25 | 943.244.796,76 |
| 2022 | 1 / 1 | 1.225,06 | 65.134.900,06 | 32.567.450,03 | 275.434,71 | 97.426.915,38 | 1.040.671.712,13 |
| 2023 | 1 / 2 | 2.306,68 | 63.299.601,11 | 31.649.800,55 | 276.043,56 | 94.673.358,10 | 1.135.345.070,24 |
| 2024 | 0 / 2 | 0,00 | 61.495.491,01 | 30.747.745,51 | 260.594,18 | 91.982.642,34 | 1.227.327.712,57 |
| 2025 | 188 / 190 | 436.663,44 | 59.726.348,22 | 29.863.174,11 | 3.639.322,47 | 85.950.199,87 | 1.313.277.912,44 |
| 2026 | 417 / 607 | 1.022.949,22 | 57.094.507,67 | 28.547.253,83 | 11.082.739,21 | 74.559.022,29 | 1.387.836.934,73 |
| 2027 | 486 / 1093 | 1.017.760,01 | 53.406.182,12 | 26.703.091,06 | 17.937.689,52 | 62.171.583,66 | 1.450.008.518,39 |
| 2028 | 743 / 1836 | 1.409.368,29 | 49.869.021,86 | 24.934.510,93 | 26.947.586,28 | 47.855.946,51 | 1.497.864.464,90 |
| 2029 | 658 / 2494 | 1.214.897,62 | 45.760.172,81 | 22.880.086,40 | 33.929.485,04 | 34.710.774,18 | 1.532.575.239,07 |
| 2030 | 496 / 2990 | 939.145,76 | 42.187.717,07 | 21.093.858,53 | 38.502.931,99 | 24.778.643,61 | 1.557.353.882,69 |
| 2031 | 382 / 3372 | 773.226,84 | 39.263.485,56 | 19.631.742,78 | 41.649.674,44 | 17.245.553,90 | 1.574.599.436,59 |
| 2032 | 382 / 3754 | 792.404,90 | 36.731.693,54 | 18.365.846,77 | 44.608.851,51 | 10.488.688,80 | 1.585.088.125,39 |
| 2033 | 438 / 4192 | 907.607,48 | 34.262.642,44 | 17.131.321,22 | 47.953.262,83 | 3.440.700,84 | 1.588.528.826,23 |
| 2034 | 426 / 4618 | 934.612,44 | 31.701.749,86 | 15.850.874,93 | 51.098.386,82 | -3.545.762,03 | 1.584.983.064,20 |
| 2035 | 397 / 5015 | 881.354,57 | 29.206.889,84 | 14.603.444,92 | 53.584.280,41 | -9.773.945,66 | 1.575.209.118,54 |
| 2036 | 416 / 5431 | 881.405,58 | 26.904.216,36 | 13.452.108,18 | 55.780.450,23 | -15.424.125,69 | 1.559.784.992,85 |
| 2037 | 381 / 5812 | 911.564,77 | 24.695.221,00 | 12.347.610,50 | 57.811.205,09 | -20.768.373,59 | 1.539.016.619,26 |
| 2038 | 439 / 6251 | 1.109.610,58 | 22.546.976,17 | 11.273.488,08 | 60.534.981,63 | -26.714.517,38 | 1.512.302.101,88 |
| 2039 | 411 / 6662 | 1.045.387,78 | 20.214.219,32 | 10.107.109,66 | 62.590.594,22 | -32.269.265,24 | 1.480.032.836,64 |
| 2040 | 467 / 7129 | 1.218.500,68 | 18.081.335,03 | 9.040.667,52 | 65.131.330,99 | -38.009.328,45 | 1.442.023.508,19 |
| 2041 | 413 / 7542 | 1.146.827,61 | 15.820.142,68 | 7.910.071,34 | 66.993.162,52 | -43.262.948,50 | 1.398.760.559,70 |
| 2042 | 443 / 7985 | 1.257.286,04 | 13.765.310,08 | 6.882.655,04 | 69.053.460,49 | -48.405.495,37 | 1.350.355.064,33 |
| 2043 | 440 / 8425 | 1.358.926,04 | 11.665.311,25 | 5.832.655,62 | 71.165.638,75 | -53.667.671,88 | 1.296.687.392,45 |
| 2044 | 387 / 8812 | 1.296.500,04 | 9.562.709,47 | 4.781.354,74 | 72.675.863,71 | -58.331.799,50 | 1.238.355.592,95 |
| 2045 | 378 / 9190 | 1.284.027,91 | 7.653.414,74 | 3.826.707,37 | 73.805.527,00 | -62.325.404,88 | 1.176.030.188,07 |
| 2046 | 379 / 9569 | 1.321.487,12 | 5.872.056,57 | 2.936.028,28 | 74.791.538,00 | -65.983.453,15 | 1.110.046.734,92 |
| 2047 | 230 / 9799 | 804.455,38 | 4.151.017,67 | 2.075.508,84 | 73.639.960,09 | -67.413.433,58 | 1.042.633.301,34 |
| 2048 | 216 / 10015 | 726.107,37 | 3.105.405,08 | 1.552.702,54 | 72.101.299,37 | -67.443.191,75 | 975.190.109,59 |
| 2049 | 144 / 10159 | 527.795,89 | 2.213.225,20 | 1.106.612,60 | 69.825.837,22 | -66.505.999,42 | 908.684.110,17 |
| 2050 | 124 / 10283 | 443.618,68 | 1.589.757,65 | 794.878,82 | 67.283.984,73 | -64.899.348,25 | 843.784.761,92 |
| 2051 | 123 / 10406 | 478.541,80 | 1.089.332,24 | 544.666,12 | 64.854.926,16 | -63.220.927,80 | 780.563.834,12 |
| 2052 | 86 / 10492 | 276.743,95 | 593.738,51 | 296.869,26 | 61.883.119,66 | -60.992.511,89 | 719.571.322,22 |
| 2053 | 57 / 10549 | 131.882,38 | 310.791,64 | 155.395,82 | 58.587.048,68 | -58.120.861,21 | 661.450.461,01 |
| 2054 | 38 / 10587 | 84.349,54 | 176.832,21 | 88.416,11 | 55.258.462,53 | -54.993.214,21 | 606.457.246,80 |
| 2055 | 30 / 10617 | 47.412,94 | 94.633,81 | 47.316,90 | 51.950.161,50 | -51.808.210,78 | 554.649.036,02 |
| 2056 | 16 / 10633 | 26.971,77 | 49.472,11 | 24.736,06 | 48.700.132,46 | -48.625.924,29 | 506.023.111,73 |
| 2057 | 4 / 10637 | 5.443,96 | 24.631,72 | 12.315,86 | 45.517.413,41 | -45.480.465,83 | 460.542.645,90 |
| 2058 | 3 / 10640 | 3.658,74 | 19.194,69 | 9.597,34 | 42.450.518,30 | -42.421.726,27 | 418.120.919,63 |
| 2059 | 8 / 10648 | 10.630,83 | 15.502,99 | 7.751,49 | 39.511.648,92 | -39.488.394,44 | 378.632.525,19 |
| 2060 | 4 / 10652 | 6.467,93 | 6.563,24 | 3.281,62 | 36.673.632,88 | -36.663.788,02 | 341.968.737,17 |
| 2061 | 1 / 10653 | 1.767,07 | 1.367,74 | 683,87 | 33.931.652,60 | -33.929.600,99 | 308.039.136,18 |
| 2062 | 0 / 10653 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 31.284.068,12 | -31.284.068,12 | 276.755.068,06 |
| 2063 | 0 / 10653 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 28.757.996,41 | -28.757.996,41 | 247.997.071,64 |
| 2064 | 0 / 10653 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 26.322.908,09 | -26.322.908,09 | 221.674.163,56 |
| 2065 | 0 / 10653 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 23.988.212,93 | -23.988.212,93 | 197.685.950,63 |
| 2066 | 0 / 10653 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 21.774.338,77 | -21.774.338,77 | 175.911.611,85 |
| 2067 | 0 / 10653 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 19.683.007,48 | -19.683.007,48 | 156.228.604,37 |
| 2068 | 0 / 10653 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.713.545,71 | -17.713.545,71 | 138.515.058,67 |
| 2069 | 0 / 10653 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.844.735,18 | -15.844.735,18 | 122.670.323,48 |
| 2070 | 0 / 10653 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 14.071.960,12 | -14.071.960,12 | 108.598.363,36 |
| 2071 | 0 / 10653 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.436.991,19 | -12.436.991,19 | 96.161.372,17 |
| 2072 | 0 / 10653 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.888.736,71 | -10.888.736,71 | 85.272.635,46 |
| 2073 | 0 / 10653 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.483.824,68 | -9.483.824,68 | 75.788.810,78 |
| 2074 | 0 / 10653 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.170.439,41 | -8.170.439,41 | 67.618.371,37 |
| 2075 | 0 / 10653 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.971.272,36 | -6.971.272,36 | 60.647.099,02 |
| 2076 | 0 / 10653 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.873.876,32 | -5.873.876,32 | 54.773.222,70 |
| 2077 | 0 / 10653 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.922.506,77 | -4.922.506,77 | 49.850.715,92 |
| 2078 | 0 / 10653 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.067.182,43 | -4.067.182,43 | 45.783.533,49 |
| 2079 | 0 / 10653 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.301.011,94 | -3.301.011,94 | 42.482.521,55 |
| 2080 | 0 / 10653 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.644.296,14 | -2.644.296,14 | 39.838.225,41 |
| 2081 | 0 / 10653 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.074.453,26 | -2.074.453,26 | 37.763.772,14 |
| 2082 | 0 / 10653 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.611.281,66 | -1.611.281,66 | 36.152.490,48 |
| 2083 | 0 / 10653 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.219.581,77 | -1.219.581,77 | 34.932.908,71 |
| 2084 | 0 / 10653 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 904.027,61 | -904.027,61 | 34.028.881,10 |
| 2085 | 0 / 10653 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 641.019,55 | -641.019,55 | 33.387.861,56 |
| 2086 | 0 / 10653 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 438.735,27 | -438.735,27 | 32.949.126,28 |
| 2087 | 0 / 10653 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 294.062,59 | -294.062,59 | 32.655.063,70 |
| 2088 | 0 / 10653 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 188.564,29 | -188.564,29 | 32.466.499,41 |
| 2089 | 0 / 10653 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 117.672,46 | -117.672,46 | 32.348.826,95 |
| 2090 | 0 / 10653 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 74.061,14 | -74.061,14 | 32.274.765,80 |
| 2091 | 0 / 10653 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 46.573,51 | -46.573,51 | 32.228.192,29 |
| 2092 | 0 / 10653 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 28.461,47 | -28.461,47 | 32.199.730,83 |

Ressalta-se que, assim como os cálculos atuariais, as projeções apresentadas são extremamente sensíveis às hipóteses atuariais adotadas e às informações cadastrais disponíveis. Assim, a alteração destas pode impactar profundamente na apresentação dos resultados demonstrados.

Observa-se pela Projeção Atuarial acima que, confirmando-se as hipóteses adotadas, o plano de benefícios comportará os benefícios futuros com base nas contribuições arrecadadas e com o Plano de Amortização vigente, bem como na rentabilidade auferida pelo patrimônio por todo o período das projeções atuariais.

Salienta-se, ainda, que para a referida projeção foram considerados todos os benefícios oferecidos pelo RPPS sendo financiados pelo regime financeiro de capitalização.

Vale ressaltar que se tratam de cálculos considerando uma massa fechada de segurados. O intuito de se realizar tais cálculos é buscar saber se o patrimônio atual, somado às contribuições futuras, será suficiente para arcar com todos os benefícios futuros, com base nas hipóteses atuariais adotadas. Sabe-se que na prática, com o ingresso de novos servidores, o fluxo atuarial apresentará alterações ano após ano e por isso a necessidade da realização dos cálculos atuariais anualmente. As reavaliações têm também como objetivo observar se as premissas adotadas estão adequadas ou não à realidade da massa de segurados.

Pelo Gráfico a seguir se observa uma massa não muito jovem de segurados e que, aproximadamente, em 2034 as despesas previdenciárias irão superar as receitas, tendo em vista a aposentadoria dos atuais ativos.

GRÁFICO 3 – Projeções atuariais - previdenciário



As projeções atuariais podem também ser utilizadas pelos gestores financeiros para otimizar a alocação dos recursos do RPPS, buscando comprar os melhores títulos cujos vencimentos sejam compatíveis com o fluxo do passivo. À técnica de compatibilização de ativos e passivos previdenciários se dá o nome de ALM (Asset Liability Management). Existem diversos modelos de ALM no mercado, desde os mais simples e determinísticos, até os complexos sistemas estocásticos.

ANEXO III – Projeções Atuariais – Plano Financeiro

As Projeções Atuariais do Plano Financeiro são desenvolvidas para estimar o fluxo de receitas previdenciárias, com contribuições e rentabilidade, e despesas com a concessão e pagamento dos benefícios cobertos pelo referido plano, observando a evolução demográfica da atual população de segurados e de acordo com as hipóteses adotadas.

Em um Plano Financeiro, estruturado em Regime de Repartição Simples, a projeção atuarial se mostra uma ferramenta importantíssima. A partir da mesma pode-se verificar a distribuição dos aportes que deverão ser feitos pelo Ente Federativo para manutenção do equilíbrio financeiro do plano.

Os aportes necessários para manutenção do equilíbrio financeiro são apresentados separadamente em coluna específica e as análises complementares serão realizadas com base nos gráficos que seguem.

| Exercício | Novos Benefícios (Qtde. ano / Acumulado) | Novos Benefícios (R$) | Repasse Previdenciário | Despesa Previdenciária | Resultado Previdenciário | Contribuição Complementar (Aporte Financeiro) | Saldo Financeiro |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 2018 | 5010 / 5010 | 28.758.887,04 | 428.994.004,05 | 1.245.787.524,31 | -816.793.520,26 | 793.516.953,56 | -793.516.953,56 |
| 2019 | 0 / 5010 | 0,00 | 372.067.567,20 | 1.162.627.117,68 | -790.559.550,47 | 790.559.550,47 | -1.584.076.504,03 |
| 2020 | 0 / 5010 | 0,00 | 379.534.073,88 | 1.155.435.070,76 | -775.900.996,88 | 775.900.996,88 | -2.359.977.500,91 |
| 2021 | 283 / 5293 | 872.935,89 | 386.975.870,11 | 1.157.884.496,73 | -770.908.626,63 | 770.908.626,63 | -3.130.886.127,54 |
| 2022 | 531 / 5824 | 1.712.194,02 | 389.761.438,80 | 1.169.693.642,05 | -779.932.203,25 | 779.932.203,25 | -3.910.818.330,78 |
| 2023 | 440 / 6264 | 1.481.811,06 | 387.846.405,64 | 1.178.689.101,09 | -790.842.695,46 | 790.842.695,46 | -4.701.661.026,24 |
| 2024 | 1024 / 7288 | 4.418.257,90 | 386.769.891,15 | 1.221.904.257,39 | -835.134.366,24 | 835.134.366,24 | -5.536.795.392,48 |
| 2025 | 1239 / 8527 | 5.463.790,50 | 368.983.235,76 | 1.277.487.114,02 | -908.503.878,26 | 908.503.878,26 | -6.445.299.270,74 |
| 2026 | 1091 / 9618 | 5.084.899,74 | 344.372.199,54 | 1.328.052.634,99 | -983.680.435,45 | 983.680.435,45 | -7.428.979.706,19 |
| 2027 | 969 / 10587 | 4.553.727,24 | 320.854.908,87 | 1.371.207.169,79 | -1.050.352.260,92 | 1.050.352.260,92 | -8.479.331.967,11 |
| 2028 | 959 / 11546 | 4.599.957,38 | 299.597.368,14 | 1.413.933.313,34 | -1.114.335.945,21 | 1.114.335.945,21 | -9.593.667.912,32 |
| 2029 | 928 / 12474 | 4.138.521,76 | 277.221.232,72 | 1.449.928.645,93 | -1.172.707.413,21 | 1.172.707.413,21 | -10.766.375.325,53 |
| 2030 | 803 / 13277 | 3.700.718,83 | 256.701.531,22 | 1.479.240.716,18 | -1.222.539.184,95 | 1.222.539.184,95 | -11.988.914.510,48 |
| 2031 | 860 / 14137 | 3.565.757,74 | 238.004.147,23 | 1.506.020.645,43 | -1.268.016.498,20 | 1.268.016.498,20 | -13.256.931.008,68 |
| 2032 | 823 / 14960 | 3.631.827,07 | 219.204.062,65 | 1.532.308.355,78 | -1.313.104.293,13 | 1.313.104.293,13 | -14.570.035.301,81 |
| 2033 | 764 / 15724 | 3.118.833,15 | 199.186.042,66 | 1.550.314.010,91 | -1.351.127.968,26 | 1.351.127.968,26 | -15.921.163.270,07 |
| 2034 | 717 / 16441 | 2.739.924,54 | 181.686.263,86 | 1.561.755.859,82 | -1.380.069.595,96 | 1.380.069.595,96 | -17.301.232.866,03 |
| 2035 | 634 / 17075 | 2.358.044,77 | 165.987.399,61 | 1.566.519.686,15 | -1.400.532.286,54 | 1.400.532.286,54 | -18.701.765.152,57 |
| 2036 | 562 / 17637 | 2.217.084,59 | 152.238.252,90 | 1.567.541.332,85 | -1.415.303.079,95 | 1.415.303.079,95 | -20.117.068.232,52 |
| 2037 | 484 / 18121 | 1.936.524,56 | 138.887.231,00 | 1.562.747.461,08 | -1.423.860.230,08 | 1.423.860.230,08 | -21.540.928.462,60 |
| 2038 | 463 / 18584 | 1.897.842,82 | 126.995.299,49 | 1.555.872.321,71 | -1.428.877.022,21 | 1.428.877.022,21 | -22.969.805.484,81 |
| 2039 | 489 / 19073 | 1.894.262,59 | 114.844.304,60 | 1.547.251.730,80 | -1.432.407.426,21 | 1.432.407.426,21 | -24.402.212.911,01 |
| 2040 | 438 / 19511 | 1.605.918,91 | 102.204.036,21 | 1.532.556.542,69 | -1.430.352.506,47 | 1.430.352.506,47 | -25.832.565.417,48 |
| 2041 | 523 / 20034 | 1.875.019,66 | 91.216.621,23 | 1.520.144.191,36 | -1.428.927.570,14 | 1.428.927.570,14 | -27.261.492.987,62 |
| 2042 | 488 / 20522 | 1.884.559,46 | 77.661.189,82 | 1.506.365.077,85 | -1.428.703.888,03 | 1.428.703.888,03 | -28.690.196.875,65 |
| 2043 | 375 / 20897 | 1.299.117,60 | 63.624.028,33 | 1.482.024.015,73 | -1.418.399.987,40 | 1.418.399.987,40 | -30.108.596.863,05 |
| 2044 | 356 / 21253 | 1.310.441,80 | 53.854.919,93 | 1.455.939.464,83 | -1.402.084.544,91 | 1.402.084.544,91 | -31.510.681.407,96 |
| 2045 | 369 / 21622 | 1.234.967,48 | 43.615.294,23 | 1.427.620.591,67 | -1.384.005.297,44 | 1.384.005.297,44 | -32.894.686.705,39 |
| 2046 | 339 / 21961 | 979.491,72 | 33.761.895,19 | 1.393.943.514,15 | -1.360.181.618,96 | 1.360.181.618,96 | -34.254.868.324,35 |
| 2047 | 306 / 22267 | 909.081,29 | 25.711.000,13 | 1.357.582.336,34 | -1.331.871.336,21 | 1.331.871.336,21 | -35.586.739.660,57 |
| 2048 | 214 / 22481 | 700.771,08 | 18.029.041,38 | 1.317.347.165,96 | -1.299.318.124,58 | 1.299.318.124,58 | -36.886.057.785,15 |
| 2049 | 162 / 22643 | 455.276,20 | 11.902.084,38 | 1.272.521.872,03 | -1.260.619.787,65 | 1.260.619.787,65 | -38.146.677.572,80 |
| 2050 | 127 / 22770 | 349.482,16 | 7.869.410,65 | 1.225.697.573,02 | -1.217.828.162,37 | 1.217.828.162,37 | -39.364.505.735,17 |
| 2051 | 72 / 22842 | 187.828,16 | 4.643.545,19 | 1.175.632.747,09 | -1.170.989.201,90 | 1.170.989.201,90 | -40.535.494.937,07 |
| 2052 | 50 / 22892 | 135.912,46 | 2.866.318,86 | 1.125.068.869,50 | -1.122.202.550,64 | 1.122.202.550,64 | -41.657.697.487,72 |
| 2053 | 30 / 22922 | 76.959,04 | 1.546.666,17 | 1.072.779.377,23 | -1.071.232.711,06 | 1.071.232.711,06 | -42.728.930.198,77 |
| 2054 | 12 / 22934 | 27.591,79 | 780.508,61 | 1.020.529.850,28 | -1.019.749.341,67 | 1.019.749.341,67 | -43.748.679.540,44 |
| 2055 | 14 / 22948 | 34.465,77 | 501.178,44 | 968.696.151,62 | -968.194.973,18 | 968.194.973,18 | -44.716.874.513,62 |
| 2056 | 5 / 22953 | 12.891,30 | 139.122,00 | 916.826.556,21 | -916.687.434,21 | 916.687.434,21 | -45.633.561.947,83 |
| 2057 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 865.528.298,43 | -865.528.298,43 | 865.528.298,43 | -46.499.090.246,26 |
| 2058 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 815.567.932,52 | -815.567.932,52 | 815.567.932,52 | -47.314.658.178,79 |
| 2059 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 765.769.993,92 | -765.769.993,92 | 765.769.993,92 | -48.080.428.172,70 |
| 2060 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 717.403.443,03 | -717.403.443,03 | 717.403.443,03 | -48.797.831.615,74 |
| 2061 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 670.008.568,09 | -670.008.568,09 | 670.008.568,09 | -49.467.840.183,82 |
| 2062 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 623.295.287,20 | -623.295.287,20 | 623.295.287,20 | -50.091.135.471,03 |
| 2063 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 577.880.205,31 | -577.880.205,31 | 577.880.205,31 | -50.669.015.676,33 |
| 2064 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 534.161.717,24 | -534.161.717,24 | 534.161.717,24 | -51.203.177.393,57 |
| 2065 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 493.211.227,13 | -493.211.227,13 | 493.211.227,13 | -51.696.388.620,70 |
| 2066 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 452.750.620,67 | -452.750.620,67 | 452.750.620,67 | -52.149.139.241,37 |
| 2067 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 414.786.793,78 | -414.786.793,78 | 414.786.793,78 | -52.563.926.035,15 |
| 2068 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 378.055.212,34 | -378.055.212,34 | 378.055.212,34 | -52.941.981.247,49 |
| 2069 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 343.001.476,15 | -343.001.476,15 | 343.001.476,15 | -53.284.982.723,64 |
| 2070 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 309.165.229,48 | -309.165.229,48 | 309.165.229,48 | -53.594.147.953,12 |
| 2071 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 277.696.049,20 | -277.696.049,20 | 277.696.049,20 | -53.871.844.002,33 |
| 2072 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 248.163.899,47 | -248.163.899,47 | 248.163.899,47 | -54.120.007.901,80 |
| 2073 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 219.271.427,08 | -219.271.427,08 | 219.271.427,08 | -54.339.279.328,88 |
| 2074 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 192.587.268,30 | -192.587.268,30 | 192.587.268,30 | -54.531.866.597,18 |
| 2075 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 168.484.042,88 | -168.484.042,88 | 168.484.042,88 | -54.700.350.640,06 |
| 2076 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 144.772.883,86 | -144.772.883,86 | 144.772.883,86 | -54.845.123.523,93 |
| 2077 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 123.001.689,16 | -123.001.689,16 | 123.001.689,16 | -54.968.125.213,09 |
| 2078 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 102.774.043,23 | -102.774.043,23 | 102.774.043,23 | -55.070.899.256,32 |
| 2079 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 84.782.252,42 | -84.782.252,42 | 84.782.252,42 | -55.155.681.508,74 |
| 2080 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 68.677.883,01 | -68.677.883,01 | 68.677.883,01 | -55.224.359.391,75 |
| 2081 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 54.737.625,78 | -54.737.625,78 | 54.737.625,78 | -55.279.097.017,52 |
| 2082 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 42.160.426,55 | -42.160.426,55 | 42.160.426,55 | -55.321.257.444,07 |
| 2083 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 32.184.055,63 | -32.184.055,63 | 32.184.055,63 | -55.353.441.499,70 |
| 2084 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 24.207.153,63 | -24.207.153,63 | 24.207.153,63 | -55.377.648.653,33 |
| 2085 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 17.762.719,21 | -17.762.719,21 | 17.762.719,21 | -55.395.411.372,54 |
| 2086 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 12.584.477,13 | -12.584.477,13 | 12.584.477,13 | -55.407.995.849,67 |
| 2087 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 9.559.303,86 | -9.559.303,86 | 9.559.303,86 | -55.417.555.153,53 |
| 2088 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 7.493.832,06 | -7.493.832,06 | 7.493.832,06 | -55.425.048.985,59 |
| 2089 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 5.890.557,54 | -5.890.557,54 | 5.890.557,54 | -55.430.939.543,12 |
| 2090 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 4.859.040,91 | -4.859.040,91 | 4.859.040,91 | -55.435.798.584,03 |
| 2091 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 4.068.710,91 | -4.068.710,91 | 4.068.710,91 | -55.439.867.294,94 |
| 2092 | 0 / 22953 | 0,00 | 0,00 | 3.707.398,71 | -3.707.398,71 | 3.707.398,71 | -55.443.574.693,65 |

Ressalta-se que, assim como os cálculos atuariais, as projeções apresentadas são extremamente sensíveis às hipóteses atuariais adotadas e às informações cadastrais disponíveis. Com isso, a alteração destas pode impactar profundamente na apresentação dos resultados demonstrados.

Observa-se pela Projeção Atuarial acima que, confirmando-se as hipóteses adotadas, serão necessários aportes complementares ao longo do tempo para que se possa garantir os benefícios futuros.

Reitera-se que para os cálculos do Plano Financeiro considerou-se taxa de juros de 0% ao ano, conforme instruções da Secretaria de Políticas de Previdência Social (SPPS). Não obstante, sabe-se que havendo Patrimônio para cobertura do plano, no montante atual de R$55.509.915.008,59, dado a rentabilidade auferida por tais recursos, a necessidade dos aportes do Ente será postergado.

Vale ressaltar ainda que se trata de cálculos considerando uma massa fechada de segurados, tendo em vista que não há ingressos nesse plano. O gráfico a seguir demonstra a evolução das receitas e despesas previdenciárias, bem como da contribuição complementar necessária para fazer frente aos benefícios dos inativos e pensionistas.

Gráfico 4 – Projeção Atuarial de Receitas e Despesas Previdenciárias



O Gráfico acima nos apresenta o fluxo atuarial estimado de Despesas Previdenciárias, de Contribuições Normais e de Contribuições Complementares para cobertura da insuficiência financeira.

Destaca-se novamente que, com relação ao grupo de segurados do plano financeiro, a despesa previdenciária evoluirá gradativamente, havendo, em determinado momento a necessidade de elevação da contribuição complementar do Ente Federativo dado que à medida que o número de participantes ativos reduzir e o de aposentados e pensionistas aumentar, o valor da arrecadação com a contribuição normal não será suficiente para arcar com as despesas correntes.

No entanto, após essa primeira fase de evolução das despesas, esses gastos começarão a reduzir em função dos óbitos esperados. Com isso o custo previdenciário passará a ser decrescente, reduzindo gradativamente até a completa extinção do grupo de segurados deste plano.

Ressalta-se que, por estar estruturado em Repartição Simples, conhecido também como Regime de Caixa, o Tesouro do município se responsabiliza pelos recursos necessários para cobertura dos benefícios pagos pelo RPPS decorrentes das insuficiências de caixa que venham a ocorrer na referida população.

ANEXO IV – Estatísticas – Plano Previdenciário

O Anexo referente às estatísticas do Plano tem como objetivo demonstrar as observações realizadas em relação à Base de Dados e que serão demonstradas no Demonstrativo de Resultado de Avaliação Atuarial – DRAA. Seguem abaixo os gráficos analíticos referentes à atual população de servidores ativos, aposentados e pensionistas deste Regime Próprio de Previdência Social.

1. Estatísticas da População Segurada

TABELA 7 – Distribuição Geral da População

| Situação da População coberta | Quantidade | | Remuneração média (R$) | | Idade média | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Sexo feminino | Sexo masculino | Sexo feminino | Sexo masculino | Sexo feminino | Sexo masculino |
| Ativos | 9181 | 1472 | R$ 2.302,68 | R$ 3.804,32 | 39,47 | 37,64 |
| Aposentados por Tempo de Contribuição | 1 | 0 | R$ 2.230,37 | R$ 0,00 | 58,00 | 0,00 |
| Aposentados por idade | 0 | 0 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aposentados - Compulsória | 0 | 1 | R$ 0,00 | R$ 937,00 | 0,00 | 73,00 |
| Aposentados por Invalidez | 5 | 1 | R$ 1.061,14 | R$ 1.088,93 | 47,00 | 53,00 |
| Pensionistas | 6 | 7 | R$ 1.942,99 | R$ 1.667,16 | 35,83 | 30,43 |

Gráfico 5 – Distribuição da População por Sexo



Gráfico 6 – Distribuição Geral da População por Faixa Etária



Gráfico 7 – Distribuição Geral da População por Status



2. Estatísticas dos Servidores Ativos

Gráfico 8 – Distribuição dos Segurados Ativos, por Faixa Etária



Gráfico 9 – Distribuição dos Segurados Ativos, por Sexo



Gráfico 10 – Distribuição dos Segurados Ativos, por Estado Civil



Gráfico 11 – Distribuição dos Segurados Ativos, por Faixa de Salário de Contribuição



Gráfico 12 – Salário Médio dos Segurados Ativos por Idade



Gráfico 13 – Distribuição da população de segurados ativos por tempo de espera



Gráfico 14 – Tempo Médio de Contribuição dos Segurados Ativos



3 – Estatísticas dos Servidores Inativos

Gráfico 15 – Distribuição dos Segurados Inativos por Faixa Etária



Gráfico 16 – Distribuição dos Segurados Inativos por Sexo



Gráfico 17 – Distribuição dos Segurados Inativos por Faixa de Benefício



Gráfico 18 – Distribuição dos Segurados Inativos por Tipo de Benefício

4 – Estatísticas dos Pensionistas

Gráfico 19 – Distribuição de Pensionistas por Faixa Etária



Gráfico 20 – Distribuição de Pensionista por Sexo



Gráfico 21 – Distribuição de Pensionista por Faixa de Benefício



5 – Análise Comparativa

Tabela 8 – Análise Comparativa por Quantidade de Participantes

| Situação da população coberta | Quantidade | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 2017 | | 2018 | |
| Sexo feminino | Sexo masculino | Sexo feminino | Sexo masculino |
| Ativos | 8758 | 1351 | 9181 | 1472 |
| Aposentados por Tempo de Contribuição | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Aposentados por idade | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Aposentados - Compulsória | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Aposentados por Invalidez | 1 | 0 | 5 | 1 |
| Pensionistas | 0 | 0 | 6 | 7 |

Tabela 9 – Análise Comparativa por Remuneração Média

| Situação da população coberta | Remuneração média | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 2017 | | 2018 | |
| Sexo feminino | Sexo masculino | Sexo feminino | Sexo masculino |
| Ativos | R$ 2.152,11 | R$ 3.531,59 | R$ 2.302,68 | R$ 3.804,32 |
| Aposentados por Tempo de Contribuição | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 2.230,37 | R$ 0,00 |
| Aposentados por idade | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 |
| Aposentados - Compulsória | R$ 0,00 | R$ 880,00 | R$ 0,00 | R$ 937,00 |
| Aposentados por Invalidez | R$ 880,00 | R$ 0,00 | R$ 1.061,14 | R$ 1.088,93 |
| Pensionistas | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 1.942,99 | R$ 1.667,16 |

Tabela 10 – Análise Comparativa por Idade

| População coberta | Idade média | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 2017 | | 2018 | |
| Sexo feminino | Sexo masculino | Sexo feminino | Sexo masculino |
| Ativos | 38,46 | 37,02 | 39,47 | 37,64 |
| Aposentados por Tempo de Contribuição | 0,00 | 0,00 | 58,00 | 0,00 |
| Aposentados por idade | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aposentados - Compulsória | 0,00 | 72,00 | 0,00 | 73,00 |
| Aposentados por Invalidez | 46,00 | 0,00 | 47,00 | 53,00 |
| Pensionistas | 0,00 | 0,00 | 35,83 | 30,43 |

ANEXO V – Estatísticas – Plano Financeiro

O Anexo referente às estatísticas do Plano tem como objetivo demonstrar as observações realizadas em relação à Base de Dados e que serão demonstradas no Demonstrativo de Resultado de Avaliação Atuarial – DRAA. Seguem abaixo os gráficos analíticos referentes à atual população de servidores ativos, aposentados e pensionistas deste Regime Próprio de Previdência Social.

1 – Estatísticas da População Segurada

Tabela 11 – Distribuição Geral da População

| Situação da população coberta | Quantidade | | Remuneração média (R$) | | Idade média | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Sexo feminino | Sexo masculino | Sexo feminino | Sexo masculino | Sexo feminino | Sexo masculino |
| Ativos | 16685 | 6268 | R$ 4.299,60 | R$ 4.704,32 | 48,31 | 46,13 |
| Aposentados por Tempo de Contribuição | 9587 | 2373 | R$ 4.674,58 | R$ 5.300,60 | 64,91 | 72,43 |
| Aposentados por idade | 681 | 95 | R$ 1.888,60 | R$ 2.882,69 | 71,28 | 75,45 |
| Aposentados - Compulsória | 102 | 44 | R$ 1.802,09 | R$ 2.181,04 | 78,08 | 78,70 |
| Aposentados por Invalidez | 809 | 344 | R$ 2.140,92 | R$ 2.683,37 | 64,07 | 67,56 |
| Pensionistas | 2384 | 638 | R$ 2.744,63 | R$ 2.321,06 | 71,08 | 54,65 |

Gráfico 22 – Distribuição da População por Sexo



Gráfico 23 – Distribuição Geral da População por Faixa Etária



Gráfico 24 – Distribuição Geral da População por Status



2 – Estatísticas dos Servidores Ativos

Gráfico 25 – Distribuição dos Segurados Ativos, por Faixa Etária



Gráfico 26 – Distribuição dos Segurados Ativos, por Sexo



Gráfico 27 – Distribuição dos Segurados Ativos, por Estado Civil



Gráfico 28 – Distribuição dos Segurados Ativos, por Faixa de Salário de Contribuição



Gráfico 29 – Salário Médio dos Segurados Ativos por Idade



Gráfico 30 – Distribuição da População de Segurados Ativos por Tempo de Espera



Gráfico 31 – Tempo Médio de Contribuição dos Segurados Ativos



3 – Estatísticas dos Servidores Inativos

Gráfico 32 – Distribuição dos Segurados Inativos por Faixa Etária



Gráfico 33 – Distribuição dos Segurados Inativos por Sexo



Gráfico 34 – Distribuição dos Segurados Inativos por Faixa de Benefício



Gráfico 35 – Distribuição dos Segurados Inativos por Tipo de Benefício



4 – Estatísticas dos Pensionistas

Gráfico 36 – Distribuição de Pensionistas por Faixa Etária



Gráfico 37 – Distribuição de Pensionista por Sexo



Gráfico 38 – Distribuição de Pensionista por Faixa de Benefício



5 – Análise Comparativa

Tabela 12 – Análise Comparativa por Quantidade de Participantes

| Situação da População coberta | Quantidade | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 2017 | | 2018 | |
| Sexo feminino | Sexo masculino | Sexo feminino | Sexo masculino |
| Ativos | 18020 | 6476 | 16685 | 6268 |
| Aposentados por Tempo de Contribuição | 4599 | 1949 | 9587 | 2373 |
| Aposentados por idade | 631 | 91 | 681 | 95 |
| Aposentados - Compulsória | 102 | 44 | 102 | 44 |
| Aposentados por Invalidez | 823 | 355 | 809 | 344 |
| Pensionistas | 2379 | 636 | 2384 | 638 |

Tabela 13 – Análise Comparativa por Remuneração Média

| Situação da População coberta | Remuneração média | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 2017 | | 2018 | |
| Sexo feminino | Sexo masculino | Sexo feminino | Sexo masculino |
| Ativos | R$ 4.081,37 | R$ 4.305,05 | R$ 4.299,60 | R$ 4.704,32 |
| Aposentados por Tempo de Contribuição | R$ 4.332,42 | R$ 4.700,97 | R$ 4.674,58 | R$ 5.300,60 |
| Aposentados por idade | R$ 1.820,68 | R$ 2.762,08 | R$ 1.888,60 | R$ 2.882,69 |
| Aposentados - Compulsória | R$ 1.729,35 | R$ 2.175,82 | R$ 1.802,09 | R$ 2.181,04 |
| Aposentados por Invalidez | R$ 2.092,14 | R$ 2.553,04 | R$ 2.140,92 | R$ 2.683,37 |
| Pensionistas | R$ 2.608,93 | R$ 2.134,17 | R$ 2.744,63 | R$ 2.321,06 |

Tabela 14 – Análise Comparativa por Idade

| Situação da população coberta | Idade média | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 2017 | | 2018 | |
| Sexo feminino | Sexo masculino | Sexo feminino | Sexo masculino |
| Ativos | 47,93 | 45,47 | 48,31 | 46,13 |
| Aposentados por Tempo de Contribuição | 66,76 | 73,27 | 64,91 | 72,43 |
| Aposentados por idade | 70,85 | 75,59 | 71,28 | 75,45 |
| Aposentados - Compulsória | 77,27 | 77,89 | 78,08 | 78,70 |
| Aposentados por Invalidez | 63,31 | 66,89 | 64,07 | 67,56 |
| Pensionistas | 59,00 |  | 71,08 | 54,65 |

ANEXO VI – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

A fim de oferecer mais subsídios para o acompanhamento da leitura e compreensão do presente estudo, segue abaixo uma série de conceitos e definições inerentes ao relatório e ao assunto ora em comento:

a) Regime Próprio de Previdência Social: modelo de previdência social dos servidores públicos de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, e dos militares dos estados e do Distrito Federal, incluídas suas autarquias e fundações;

b) Segurados: servidores regularmente inscritos no regime que podem usufruir de seus benefícios;

c) Segurados ativos: servidores de cargo de provimento efetivo, participantes do regime, em plena atividade profissional;

d) Dependentes: beneficiários com vínculo direto com os segurados regularmente inscritos no regime como dependentes destes;

e) Segurados inativos, assistidos ou aposentados: segurados, participantes do regime, em gozo de algum dos benefícios;

f) Remuneração de contribuição: remuneração sobre o qual será calculada a contribuição do segurado;

g) Remuneração de benefício: remuneração sobre o qual será calculado o benefício inicial do participante;

h) Ativo Real líquido: Exigível Atuarial; Bens, Direitos e Reservas Técnicas do regime, líquidos dos exigíveis operacionais e Fundos;

i) Alíquota de Contribuição: Percentual destinado a custear os benefícios, em conformidade com o regime financeiro e método atuarial adotado;

j) Contribuição Especial ou Custeio Suplementar: montante ou percentual utilizado para amortizar déficits ou insuficiências apuradas e levantadas em avaliação atuarial;

k) Provisão Matemática: Diferença existente entre o valor atual dos benefícios futuros e valor atual das contribuições normais futuras, de acordo com os métodos e hipóteses atuariais adotados;

l) Provisão Matemática de Benefício a Conceder: É a diferença, calculada atuarialmente, entre o valor atual dos benefícios futuros a conceder e o valor atual das contribuições normais futuras;

m) Provisão Matemática de Benefícios Concedidos: Diferença, calculada atuarialmente, entre o valor atual dos compromissos futuros concedidos dos segurados inativos e pensionistas, e o valor atual das contribuições futuras dos respectivos segurados;

n) Meta Atuarial: é a rentabilidade nominal mínima que o ativo líquido deve apresentar de forma a dar consistência ao plano de benefícios e ao plano de custeio; e

o) Plano Previdenciário: Plano de Benefícios, estruturado em Regime de Capitalização, que possui como segurados os servidores efetivos do município que ingressaram após a data de corte da segregação de massas;

p) Plano Financeiro: Plano de benefícios, estruturado em Regime de Repartição simples, que possui como segurados os servidores efetivos com ingresso anterior à data de corte da segregação de massas, bem como os aposentados e pensionistas existentes na data da referida segregação.

q) Regime de Repartição Simples: Para o regime de repartição simples, ou regime de caixa, as receitas arrecadadas em um determinado período devem ser suficientes para arcar com toda a despesa ocorrida neste mesmo período, assim, as despesas esperadas para um exercício devem ser financiadas no mesmo exercício. Com isso, não há formação de reservas matemáticas de benefícios a conceder ou concedidos.

r) Regime de Capitalização: O Regime Financeiro de Capitalização possui uma estrutura técnica que consiste em determinar as contribuições necessárias e suficientes a serem arrecadadas ao longo do período laborativo do segurado para custear a sua aposentadoria futura. Pressupõe a formação de reservas, pois as contribuições são antecipadas no tempo em relação ao pagamento do benefício.

s) Regime de Repartição de Capitais de Cobertura: Para o regime de repartição de capitais de cobertura as receitas arrecadadas em um determinado período devem ser suficientes para cobrir toda a despesa gerada no mesmo período até o fim de sua duração. Há formação de reservas apenas quando do fato gerador do benefício, sendo, reserva para benefícios concedidos.

t) Reserva de Contingência: A reserva de contingência deverá ser constituída anualmente para o Plano Previdenciário através dos eventuais superávits apurados após encerramento dos exercícios superavitários. A reversão desta reserva deverá ocorrer, obrigatoriamente, em casos de déficit técnico, apurado atuarialmente. Esta reserva não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) das Provisões Matemáticas do RPPS, sendo estas a Reserva Matemática de Benefícios a Conceder – RMBaC e a Reserva Matemática de Benefícios Concedidos – RMBC.

u) Reserva Para Ajustes no Plano: A Reserva para Ajustes no Plano deverá ser constituída através do superávit que exceder o limite estabelecido para a Reserva de Contingência. A Reversão, em contrapartida, deverá ocorrer quando indicada por atuário responsável para modificações no plano de benefícios ou em caso de déficits quando exaurida a Reserva de Contingência.

v) Reserva para Oscilações de Riscos e Riscos Não Expirados: A Reserva de Riscos não expirados será constituída mensalmente pela diferença, quando positiva, entre a multiplicação da Alíquota de Contribuição pela Folha de Remuneração dos Ativos e proventos dos Aposentados e Pensionistas e os benefícios pagos, para os benefícios calculados pelo regime de Repartição Simples.

w) Reserva de Benefícios a Regularizar: É a soma dos benefícios já concedidos e devidos, porém ainda não efetivamente pagos.











I. 7 – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

Este demonstrativo atende ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da Lei de Responsabilidade Fiscal e apresenta os benefícios fiscais concedidos, considerando que, conforme o art. 14, § 1º da LRF, “a renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado”.

Estima-se que a renúncia de receita atinja o montante de R$ 59,8 milhões em 2019, compreendidas neste total as remissões, as isenções, o desconto pelo pagamento antecipado do IPTU e o incentivo à cultura.

As remissões estão avaliadas em cerca de R$3,0 milhões. As isenções respondem por, aproximadamente, R$20,4 milhões anuais da renúncia fiscal. Os benefícios fiscais concedidos através do IPTU estão estimados em R$2,6 milhões e através do ITBI em R$6,0 milhões e os incentivos à cultura poderão chegar a R$11,8 milhões. O desconto concedido pela antecipação do pagamento do IPTU está estimado em R$36,4 milhões, referentes tanto à antecipação total ou de parcelas do imposto.



I.8 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

(Inciso V do § 2º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000)

O Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado – Tabela 8.1 – visa ao atendimento do inciso V do § 2º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal e é um requisito introduzido no seu art. 17, para assegurar que não haverá a criação de nova despesa permanente sem fontes consistentes de financiamento.

Considera-se como obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Seguindo interpretação do governo federal, entende-se que a efetivação deste grupo de despesas necessita de compensação pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa, em que aumento permanente de receita é aquele proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo em decorrência do crescimento real da atividade econômica, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Baseado no entendimento do aumento da arrecadação para fins de apuração do acréscimo das despesas obrigatórias estima-se um aumento permanente de receita de R$208,9 milhões, sendo já parcialmente consumida no estabelecimento da meta fiscal referente à despesa, gerando uma margem líquida de expansão de R$16,8 milhões

Tabela 8.1



I.9 – PRIORIDADES E METAS PARA 2019

Apresentam-se, por Área de Resultado, prioridades e metas com resultados finalísticos de determinados programas para 2019, conforme consta no Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2018-2021:











ANEXO II  
DOS RISCOS FISCAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2019

II. 1 – DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

(§ 3º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000)

Os riscos fiscais podem ser conceituados como a possibilidade da ocorrência de eventos que venham a impactar negativamente as contas públicas, eventos estes resultantes da realização das ações previstas no programa de trabalho ou decorrentes das metas de resultados, correspondendo, assim. Aos riscos provenientes das obrigações financeiras do governo.

Contingência passiva é uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da Prefeitura; ou é uma obrigação presente que surge em decorrência de eventos passados, mas que não é reconhecida ou porque é improvável que a Prefeitura tenha de liquidá-la; ou porque o valor da obrigação não pode ser estimado com suficiente segurança.

Os riscos orçamentários referem-se à possibilidade de as obrigações estabelecidas por lei ou em contrato sofrerem impactos negativos devido a fatores diversos, tais como as receitas e despesas previstas não se confirmarem, isto é, que, durante a execução orçamentária, ocorram desvios entre receitas e despesas orçadas.

Com relação aos riscos relativos à não efetivação da receita, as variáveis que influem diretamente na arrecadação são o nível da atividade econômica e o índice inflacionário. Por sua vez, as despesas realizadas pelo Governo podem apresentar desvios em relação às projeções utilizadas para a elaboração do orçamento, tanto em função do nível de atividade econômica, da inflação observada, como em função de modificações constitucionais e legais que introduzam novas obrigações para o Governo. Podem-se considerar riscos orçamentários, portanto, os desvios entre os parâmetros adotados nas projeções e os observados de fato.

Os riscos de dívida são oriundos de dois tipos diferentes de eventos. O primeiro diz respeito à administração da dívida, ou seja, riscos decorrentes da variação das taxas de juros e de câmbio nos títulos vincendos. Já o segundo tipo refere-se aos passivos contingentes do Município, isto é, dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como os resultados dos julgamentos de processos judiciais que envolvem o Município.

Os riscos fiscais advindos do estoque da dívida pública estão sob controle, não se apresentando como de exigibilidade de alocação de recursos a curto ou em médio prazo.

Do ponto de vista das ações judiciais trabalhistas e fiscais, existe um passivo contingente, em decorrência de demandas em tramitação, que provocará impacto nos cofres públicos municipais. Contudo, a incerteza de que naturalmente se reveste o resultado efetivo de tais demandas e a consequente repercussão nos cofres públicos municipais leva à estimativa de passivo meramente eventual, cujo caráter por si torna sua mensuração difícil e imprecisa.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE | | | |
| LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS | | | |
| ANEXO DE RISCOS FISCAIS | | | |
| **DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS** | | | |
| 2019 | | | |
|  | | | |
| ARF (LRF, art 4º, § 3º) | | R$ 1.000,00 | |
| **PASSIVOS CONTINGENTES** | | **PROVIDÊNCIAS** | |
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Demandas Judiciais |  | Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência e cancelamento de despesas discricionárias. |  |
| Dívidas em Processo de Reconhecimento |  |
| Avais e Garantias Concedidas |  |
| Assunção de Passivos |  |
| Assistências Diversas |  |
| Outros Passivos Contingentes |  |
| **SUBTOTAL** | **0** | **SUBTOTAL** | **0** |
|  | |  | |
| **DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS** | | **PROVIDÊNCIAS** | |
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Frustração de Arrecadação |  | Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência e cancelamento de despesas discricionárias. | 108.982 |
| Restituição de Tributos a Maior |  |
| Discrepância de Projeções: | 108.982 |
| Outros Riscos Fiscais |  |
| **SUBTOTAL** | **108.982** | **SUBTOTAL** | **108.982** |
| **TOTAL** | **108.982** | **TOTAL** | **108.982** |
| FONTE: Unidade Responsável SMPOG/SMFA/PGM, Data da emissão 14/05/2018 | | |  |

1. O art. 15 da Orientação Normativa SPS nº 02/2009 diz que a Unidade gestora do RPPS:

   “II – procederá a recenseamento previdenciário, com periodicidade não superior a cinco anos, abrangendo todos os aposentados e pensionistas do respectivo regime;”. [↑](#footnote-ref-1)
2. Portaria MPS nº 403/2008: “Art. 17. As avaliações e reavaliações atuariais indicarão o valor presente dos compromissos futuros do plano de benefícios do RPPS, suas necessidades de custeio e o resultado atuarial. (...)

   § 7º A reavaliação atuarial anual indicará o plano de custeio necessário para a cobertura do custo normal e do custo suplementar do plano de benefícios do RPPS, em relação à geração atual.” [↑](#footnote-ref-2)
3. Nota Técnica nº 12/2016/CGACI/DRPSP/SPPS/MF: “21.3 – O ente financeiro, para cumprimento do mandamento constitucional do equilíbrio financeiro e atuarial, deverá comprovar a implementação em lei do referido plano de custeio calculado apenas em relação à geração atual.”. [↑](#footnote-ref-3)
4. O termo “exonerado” no serviço público denota – comumente – o ato de todo servidor público ocupante de cargo efetivo que tenha desocupado o seu cargo, ou que o cargo esteja em vacância após a sua saída, independente da motivação ocorrida (óbito, aposentadoria ou desligamento do Ente público). Para a estimativa de COMPREV a pagar, a recomendação, quando da solicitação da base de dados, foi de que fossem informados apenas os casos referentes aos ex-servidores efetivos que se desligaram do Ente após a exoneração. [↑](#footnote-ref-4)
5. COMPREV já considerada na composição das Provisões Matemáticas. A COMPREV apresentada está composta do saldo resultante entre a diferença estimada dos valores a receber e os valores a pagar, conforme explanado no item 8.2 do presente Relatório. [↑](#footnote-ref-5)
6. COMPREV já considerada na composição das Provisões Matemáticas. A COMPREV apresentada está composta do saldo resultante entre a diferença estimada dos valores a receber e os valores a pagar, conforme explanado no item 8.2 do presente Relatório. [↑](#footnote-ref-6)
7. Portaria MPS nº 403/2008: “Art. 17. As avaliações e reavaliações atuariais indicarão o valor presente dos compromissos futuros do plano de benefícios do RPPS, suas necessidades de custeio e o resultado atuarial.

   § 7º A reavaliação atuarial anual indicará o plano de custeio necessário para a cobertura do custo normal e do custo suplementar do plano de benefícios do RPPS, em relação à geração atual.” [↑](#footnote-ref-7)
8. Portaria MPS nº 403/2008: “Art. 17. (...)

   § 3º Deverão constar do Relatório da Avaliação Atuarial os critérios definidos pela Nota Técnica Atuarial e a separação entre os compromissos, custos e demais informações relativos aos integrantes da geração atual e das gerações futuras.” [↑](#footnote-ref-8)